



PPI

**PROGRAMA
DE PARCERIAS
DE INVESTIMENTOS**

CONSELHO CURADOR <div>Fundação Ulysses Guimarães 2017-2019</div>
PRESIDENTE <div>ROMERO JUCÁ</div>
MEMBROS TITULARES <div>ESACHEU CIPRIANO NASCIMENTO VALDIR RAUPP EVANDRO MESQUITA CARLOS EDUARDO FIORAVANTI COSTA FÁTIMA PELAES REGINA PERONDI TETE BEZERRA GLEIRE BELCHIOR DE AGUIAR BEZERRA WOLNEY DE SIQUEIRA GENEBALDO DE SOUZA CORREIA GILBERTO JÚNIOR DE LOYOLA CLAIR CLAUDIO GABRIEL SOUZA</div>
SUPLENTEs <div>DANIEL VILELA TADEU FILIPELLI CARLOS ALBERTO MUNIZ MARIA APARECIDA ANDRADE MOURA LUCIANO SALGADO</div>
DIRETORIA ADMINISTRATIVA 2017/ 2019 (03/04/2017 a 03/04/2019)
Diretor-Presidente <div>Wellington Moreira Franco</div>
Vice-Presidente de Formação Política <div>Ministro Eliseu Lemos Padilha</div>
Diretor Vice-Presidente de Relações Institucionais <div>Deputado Wellington Coimbra</div>
Diretora-Secretária <div>Deputada Marinha Célia Rocha Raupp de Matos</div>
Diretor-Tesoureiro <div>Roberto Raniery de Aquino Paulino</div>
Diretores <div>Moisés Nogueira Avelino Senador Waldemir Moka Miranda Britto Senador Romero Jucá</div>
Diretores Suplentes <div>Deputado Osmar Terra Deputada Fátima Pelaes Deputado Carlos Mauro Cabral Benevides</div>
Secretário-Executivo <div>João Henrique de Almeida Sousa</div>
Secretário-Executivo Adjunto <div>Francisco Carlos Donato Junior</div>

FUNDAÇÕES SECCIONAIS
Composição Diretoria Administrativa – AC
Diretora-Presidente: Eliane Pereira Sinhasique
Diretor Vice-Presidente: João Marcos de Sousa Luz
Secretário-Geral: Eduardo Ribeiro Ambros
Diretor-Tesoureiro: Roberto Assaf de Oliveira
Diretora Vogal: Joelma Barreto de Araújo Aires
Diretor Vogal: Aguinaldo da Costa Ramos
Diretor Vogal: Francisco Ibertom Medeiros Calixto
Diretor Vogal: João Manoel de Souza Mendes
Diretora Vogal: Maria Bernadete Santos Freire Lutz
Suplentes: Ravena Nogueira de Carvalho
Rondiney de Albuquerque Dourado
Joelma Costa Dantas

Composição da Diretoria Administrativa – AL
Diretor-Presidente: Carlos Ricardo Nascimento Santa Ritta
Vice-Presidente: Sabino Fidélis de Moura
Diretor Secretário-Geral: Milton Muniz de Assis
Diretor-Tesoureiro: Paulo Guilherme Barbosa Leão
Diretor: José Queiroz de Oliveira
Diretora: Marina Lamenha de Freitas Cavalcanti
Diretora: Eucene Gomes Tenório Acioli Torres
Diretor: Ronaldo Pereira Lopes
Diretora: Morgana Maria de Almeida Tavares
Suplentes: Rafaella Cavalcabnte Meiro
Josivan Vital da Silva
José de Macedo Ferreira

Composição da Diretoria Administrativa – AP
Diretora-Presidente: Deputada Fátima Pelaes
Vice-Presidente: Raimundo Azevedo Costa
Diretor Secretário-Geral: Yuri Pelaes Brito
Diretora-Tesoureira: Ana Kathya Silva Henrique
Diretor: Alessandro Sampaio
Diretora: Elizabeth Pelaes dos Santos
Diretora: Maria Lúcia da Silva
Diretora: Ana Pereira da Silva
Diretora: Milena Barreto
Suplente: Dulcinea de Oliveira Ferreira

Composição da Diretoria Administrativa – AM
Diretor-Presidente: Miguel Capobiango Neto
Vice-Presidente: Alfredo Mário Rodrigues Lopes
Secretária-Geral: Geralda Vitorino dos Santos Silva
Diretor-Tesoureiro: Alvaro de Medeiros Raposo Sobrinho
Diretor Vogal: João Thomé Verçosa Mestrinho de Medeiros Raposo
Diretora Vogal: Maria de Jesus Mota Raposo Borghi
Diretor Vogal: João Zany Dos Reis Neto
Diretor Vogal: Ricardo Castro da Silva
Diretor Vogal: Lourenço Borgh Junior
Suplentes: Dalva Maria Rauwers
Kadya de Medeiros Raposo São Thiago
Luiz Ribeiro da Costa

Composição da Diretoria Administrativa – BA
Diretor-Presidente: Elísio Medrado Brasileiro
Diretor Vice-Presidente: João Reis Santana Filho
Secretário-Geral: Ademar Simões de Azevedo
Diretor-Tesoureiro: Alexandre Freitas Silva
Diretores: Fernando Gomes Vita
Carlos Augusto Silveira Sobral
Arnênio Souza Santos
Almir de Souza Eloy
Suplentes: Geanne de Cássia Oliveira
Paulo da Silva
Raimundo dos Santos

Composição da Diretoria Administrativa – CE
Diretor-Presidente: Francisco Willame Correia de Lima
Diretor Vice-Presidente: Aloísio Barbosa de Carvalho Neto
Diretor-Secretário: Marlon Carvalho Cambraia
Diretora-Tesoureira: Rosângela Félix Aguiar
Diretor Vogal: Igor Macedo de Lucena
Diretor Vogal: Francisco Nilson Moreira
Diretor Vogal: Ricardo Sá Busgaib Júnior

Diretora Vogal: Edna Maria Teixeira
Diretor Vogal: Antônio Lobo de Macedo
Suplentes: Jefferson Paes de Andrade Rodrigues
José Helder Máximo de Carvalho
Vládia Araújo Magalhães

Composição da Diretoria Administrativa – DF
Diretora-Presidente: Rosemary Soares Antunes Rainha
Diretor Vice-Presidente: André Monteiro Fortes
Diretor-Secretário: Osmar Alves de Melo
Diretor-Tesoureiro: Hamilton de Almeida Ramos
1º Diretor Vogal: Gustavo Almeida Aires
2º Diretora Vogal: Pollyana Vaz Cavalcante Prudente
3º Diretora Vogal: Izaudete Carneiro de Souza Abrantes
4º Diretora Vogal: Kilze Beatriz Montes Silva
5º Diretor Vogal: Eurídes Brito da Silva
1º Suplente: Ronaldo Soares Antunes
2º Suplente: Josafá Dantas do Nascimento
3º Suplente: Célia Aparecida Ximenes de Melo

Composição da Diretoria Administrativa – ES
Diretor-Presidente: Francisco Carlos Donato Jr
Diretor Vice-Presidente: Lucas Henrique Salles Barreiro
Diretor-Secretário: Luciano Salgado Miranda
Diretor-Tesoureiro: Sebastião Leite Pelaes
1º Diretora Vogal: Priscila da Silva Lacchine
2ª Diretora Vogal: Laila Mineiro Moura Queiros
3º Diretor Vogal: Mário João Baldoto Sarnaglia
4ª Diretora Vogal: Alcione Tonini da Silva
5º Diretor Vogal: Tassio Hernesto Franco Brunoro
1º Suplente: Cláudia Nascimento Pereira
2º Suplente: Marco Antonio Ribeiro Xavier
3º Suplente: Clécio Pereira Silva

Composição da Diretoria Administrativa – GO
Presidente: Iris de Araújo Rezende Machado
Diretor Vice-Presidente: Enio Salviano da Costa
Diretora-Secretária: Márcia Pereira Carvalho
Diretor-Tesoureiro: Walter Pereira da Silva
Diretor Vogal: Bruno Regiany Peixoto Pimenta
Diretor Vogal: Luciano Henrique de Castro
Diretor Vogal: José Nelto das Mercês Lagares
Diretor Vogal: Lívio Luciano Carneiro de Queiroz
Diretor Vogal: Marcus de Oliveira Alves
Diretor Suplente: Dorival Barsanulfo Mocê
Diretor Suplente: Pablo Henrique Silva Rezende
Diretor Suplente: Marcelo Lins de Moura

Composição da Diretoria Administrativa – MA
Diretor-Presidente: Wellington Gouveia
Vice-Presidente: Tágide de France Santos Nunes
Diretor-Secretário: Wellington e Silva Gouveia
Diretor-Tesoureiro: Nilson Amaral Marques
Secretário-Geral: João Ricardo Veiga Araújo
Diretor: Derick Passos Pinheiro
Diretora: Francisca Márcia Oliveira
Diretor: Hyago Antônio Araújo Andrade
Diretor: Higo Serra de Sousa
Diretor: Paulo Victor Almeida Martins
Suplentes: Paulo Victor Martins Almeida
Denília Correia Araújo
Gleiciane Cardoso dos Santos Teles

Composição da Diretoria Administrativa – MT
Diretora-Presidente: Rafael Bello Bastos
Diretora Vice-Presidente: Aparecida Maria Borges Bezerra
Diretor-Secretário: Manoel Mazzutti Neto
Diretor-Tesoureiro: Sinclair Ciekaski de Musis
Diretor: Francisco Anis Faiad
Diretor: Alexsandro Nascimento de Souza
Diretor: Thiago Alexandre Rodrigues da Silva
Diretor: José Soarino de Moura Filho
José Márcio Pandoffi de Lacerda
Benedito Anuniação de Santana
Suplentes: Marcelo Benedito Lara da silva
Edd Wilson Pereira
Çiamara de Meira Barth

Composição da Diretoria Administrativa – MS
Mandato até 19/07/2018
Diretora-Presidente: Maria Emília Ramalho Sulzer
Vice-Presidente: Esacheu Cipriano Nascimento
Tesoureiro: Antonio Carlos Mantero Espíndola
Secretário: Ulisses Rocha da Silva
Diretores: Jorge Garin Passos
Celina Teodoro de Castro
Jorge Garin Passos
Gilton Almeida Silva
Jenir Neves Silva
Maria Derly Jaime
Suplentes: Maicon Cleyton Rodrigues Nogueira
Valdeci Costa Campos
Bruna Helena Cafure

Composição da Diretoria Administrativa – MG
Diretor-Presidente: Weber Americano
Vice-Presidente: Francisco Oseas Correa de Valadares
Secretário-Geral: Fabiano Magella Lucas de Carvalho
Diretor-Tesoureiro: Wilson Rodrigues dos Reis
Diretor: Arcanjo Carlos Pimenta
Diretor: Perboyre Monteiro de Moura
Diretor: Renato Fraga Valentim
Diretora: Anna Cristina Correa
Diretor: Domingos Lage
Suplentes: Willy Alves
Fabiano da Silva

Composição da Diretoria Administrativa – PA
Diretor-Presidente: Parcival de Jesus Pontes
Vice-Presidente: Edilza Joana Oliveira Fontes
Diretor-Secretário: Patrice Joseph da Silva
Diretor-Tesoureiro: Carlos José Soares Raposo
Diretora: Elieth de Fátima da Silva Braga
Diretor: Roberto Zahluth Carvalho
Diretor: Roberto Brilhante Correia
Diretor: Renato Luna Linhares
Suplentes: Alberto César Beltrão Pamplona
José Nazareno Saches da Silva
Luiz Otávio Oliveira Campos

Composição da Diretoria Administrativa – PB
Diretor-Presidente: Roberto Raniery de Aquino Paulino
Diretora Vice-Presidente: Rosana Maria Neves
Gadelha
Secretária-Geral: Ana Paula Cavalcanti Ramalho
Tesoureiro: Celso Alves de Lima
Diretor Vogal: Jean Patrício da Silva
Diretora Vogal: Pâmela Vital do Rêgo Freira
Diretor Vogal: Ramon Pessoa de Moraes
Diretor Vogal: Daniel Queiroz De Medeiros Chianca
Diretor Vogal: Pedro Fernandes de Araújo Neto
Suplentes: Nelson Coelho da Silva
Olenka Targino Maranhão
José Mazureik Silva Rodrigues

Composição da Diretoria Administrativa – PR
Diretor-Presidente: Maurício Thadeu de Mello de Silva
Diretor Vice-Presidente: Rafael Xavier Schuartz
Diretor-Secretário: José Antônio Melo
Diretora-Tesoureira: Márcia Ferreira
Diretor Vogal: Juliano Pires
Diretor Vogal: Juliano Geraldi
Diretora Vogal: Fabíola Greice Benvenuti
Diretor Vogal: Gustavo Mussi Augusto
Diretora Vogal: Sheila Marise Toledo
Diretor Suplente: Paikan Salomon de Mello e Silva
Diretor Suplente: Osni Lustosa de Souza
Diretora Suplente: Ana Paula Zanatta

Composição da Diretoria Administrativa – PE
Diretor-Presidente: Murilo Rodrigues Cavalcanti
Vice-Presidente: André Gustavo Carneiro Leão
Diretor-Secretário: Isaac Freire Cazé
Diretor-Tesoureiro: Gabriel Cavalcante Amorim de Gonçalves Pereira
Diretores: Eusébio Veríssimo de Sousa Neto

Jurandir Figueiredo Carneiro
Christiano Duarte Dias
Eduardo Freitas de Moura Gomes
Rayssa Ferreira Gonçalves Santos
Suplentes: Otávio Ferreira Veloso
Marcelo José Muniz Maciel
Tereza Cristina Figueira da Cunha

Composição da Diretoria Administrativa – PI
Diretor-Presidente: João Henrique de Almeida Sousa
Diretor Vice-Presidente: Severo Maria Eulálio Neto
Diretor-Secretário: Antônio Henrique de Carvalho Pires
Diretor-Tesoureiro: Abelardo Linhares
Diretor Vogal: Pablo Dantas Moura Santos
Diretor Vogal: Valdílio Souza Falcão Filho
Diretor Vogal: San Martin Coqueiro Linhares
Diretor Vogal: Francisco Tomaz Teixeira
Suplentes: José Rodrigues da Costa Neto
Filemon Nogueira Paranguá
Napoleão Cortez Filho

Composição da Diretoria Administrativa – RJ
Diretor-Presidente: Amaury de Sousa Cardoso
Vice-Presidente: José Luiz Neimeyer
Tesoureira: Berenice de Aguiar Silva
Diretores: Richard Nixon dos Santos
Saviã Mídia Florindo Pereira Brito
Rodrigo Barbosa Floravanti da Costa
Katia Damiana Alves
Savio Expedito
Suplentes: Aparecida Martins
Raimundo Alvez
José Emanuel

Composição da Diretoria Administrativa – RN
Diretor-Presidente: Gleire Belchior de Aguiar Bezerra
Diretor Vice-Presidente: Felipe Queiroz da Cunha Alves
Diretor-Secretário: Joumar Batista da Câmara
Diretora-Tesoureira: Kátia Maria Lobo Nunes
Diretores: Walter Pereira Alves
Hermano da Costa Moraes
Elias Fernandes
Rose Marie da Silva Cantidio
Lucia de Fátima Palhano de Oliveira Barbosa
Suplentes: Ulymar Pessoa
Francisco Araujo de Souza
Luciano Maia

Composição da Diretoria Administrativa – RS
Diretor-Presidente: João Alberto Machado
Diretora Vice-Presidente: Joseane Toebe
Diretor-Secretário: Fernando Henrique Schwank
Diretor-Tesoureiro: Clair Kuhn
Diretor Vogal: Clóvis André da Silva
Diretora Vogal: Evelize Moreira Fabrício
Diretora Vogal: Andrea Flores Vieira
Diretor Vogal: Caio Tiberio Rocha
Diretor Vogal: Aluisio Curtinove Teixeira
Diretor Suplente: José Hugo de Castro Ramos
Diretor Suplente: Rodolfo Rospide Neto
Diretor Suplente: Jorge Hello
Diretor Suplente: Gisler Grecellé

Composição da Diretoria Administrativa – RO
Diretor-Presidente: Pedro da Costa Beber
Diretor Vice-Presidente: José Mario do Carmo Melo
Diretor-Secretário: José Luiz Lenzi
Diretora-Tesoureira: Elizangela da Costa Gomide
Diretores Vogais: Efraim Pereira Cruz
Leandro Vicente Low Lopes
Helena da Costa Bezerra
Nelson Eduardo Gomes Marques
Luís Flávio Carvalho Ribeiro
Suplentes: Nanci Maria Rodrigues da Silva
Juliane Aparecida Simões Lopes Moura
Willames Pimentel de Oliveira

Composição da Diretoria Administrativa – RR
Diretor-Presidente: Antônia Cristina Leite de Souza
Diretor Vice-Presidente: Antônio Luiz Teixeira da Silva
Diretora-Secretária: Rosilene de Brito Pereira
Diretor-Tesoureiro: Charlles Michel Assunção e Silva
1º Diretora Vogal: Ariadena Leite de Souza
2º Diretor Vogal: Osmar Marques da Silva Júnior
3ª Diretora Vogal: Joilma Teodora de Araújo Silva
4º Diretor Vogal: Willison Mateus de Souza Rocha
5ª Diretora Vogal: Valcirene Pereira de Oliveira
1º Suplente: Milton Carlos Veloso
2º Suplente: Mônica Manoela Mubarak Aragão
3º Suplente: Caio Cesar Paiva de Jesus

Composição da Diretoria Administrativa – SC
Diretor-Presidente: Carlos Alberto Chiodini
Diretora Vice-Presidente: Ana Paula Reiter
Diretor-Secretário: José Francisco dos Santos Alves
Diretor-Tesoureiro: Onésimo José Sell
Diretores: Carlos Leomar Kreuz
Laércio Niomar Nunes
Michel Fernandes Sombrio
Luciana Trentini
Cleiton de Nadal
Suplentes: Câtea Aparecida Pravato
Maria Aparecida Alexandrino
Adelcio Machado dos Santos

Composição da Diretoria Administrativa – SP
Diretor-Presidente: Rodrigo Iglesias Arenas
Vice-Presidente: Reinaldo Takarabe
Diretor-Secretário: Bruno Gabriel De Mesquita
Diretora-Tesoureira: Maria Rita Carrara Navarro
1º Diretora Vogal: Hilda Martins Ferreira Piaulino
2º Diretor Vogal: Rodrigo Takayubi Matsubayashi
3º Diretor Vogal: Evandro Mesquita
4º Diretor Vogal: Antonio Carlos Banha Joaquim
5ª Diretora Vogal: Fernandio Barbosa Garcia
1º Suplente: Elisa Prata Neves
2ª Suplente: Flavia Bliduzis Passaglia
3º Suplente: Nelson Segui Gonçalves

Composição da Diretoria Administrativa – SE
Diretor-Presidente: Benedito de Figueiredo
Diretor Vice-Presidente: Alexandre B. Figueiredo
Diretor-Secretário: Filadelfo Alexandre Silva Costa
Diretor-Tesoureiro: José Azevedo Dias
Diretor Vogal: Diogo Brito de Figueiredo
Diretor Vogal: Francisco Ontoniel de M. Costa
Diretor Vogal: Jorge Carvalho do Nascimento
Diretor Vogal: Luiz Santana de Carvalho
Diretor Vogal: Roberto Wagner S. de Cruz
Diretor Suplente: Elder Sandes Vieira Júnior
Diretor Suplente: Marcelo Barbosa dos Santos
Diretora Suplente: Mônica Maria Santana Mangueira

Composição da Diretoria Administrativa – TO
Diretora-Presidente: Dulce Ferreira Pagani Miranda
Diretora Vice-Presidente: Ana Maria Guedes Vanderlei
Secretário-Geral: Eliel Custódio Borba
Diretor-Tesoureiro: Júlio Cesar Machado
1º Diretor Vogal: José dos Santos Freire Junior
2º Diretor Vogal: Moisés Costa da Silva
3º Diretor Vogal: Lubelafaeete Bezerra Fonseca
4º Diretor Vogal: Nilton Bandeira Franco
5º Diretor Vogal: Valdemar Rodrigues Lima Junior
1º Suplente: Maria do Carmo Nascimento Caldeira
2º Suplente: Maria do Carmo Alcântara da Silva
3º Suplente: Carlos Israel Ribeiro dos Reis

Índice

6

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

14

CAPÍTULO 2: PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS: AS ORIGENS

32

CAPÍTULO 3: PPI EM NÚMEROS

52

CAPÍTULO 4: FATOS MARCANTES

- SETOR FERROVIÁRIO
- SETOR DE ÓLEO & GÁS
- AEROPORTOS
- ENERGIA
- PPP COMAER

72

CAPÍTULO 5: OS BASTIDORES DO PPI

- Joaquim Lima de Oliveira
- Tarcísio Gomes de Freitas

88

CAPÍTULO 6: O PPI RETRATADO PELA IMPRENSA

Cap.1



INTRODUÇÃO

O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) foi criado em maio de 2016, no dia em que Michel Temer assumiu a Presidência da República. Em menos de dois anos, foi capaz de viabilizar o ambiente ideal para estimular investimentos privados em infraestrutura, gerando empregos e movimentando a economia. Foi uma solução criativa para enfrentar um problema real: cenário econômico falido e incapaz de movimentar recursos.

O Brasil de 2016 era um país na mais profunda crise econômica de sua história. Em maio daquele ano, o desemprego atingia 12 milhões de pessoas; a inflação acumulada em 12 meses estava em 9,28%; a taxa de juros era de 14,25% ao ano; o déficit público chegava a inacreditáveis R\$ 155,7 bilhões e o Risco Brasil ultrapassava 540 pontos.

Ao analisar o aspecto econômico de forma mais abrangente, nota-se que as consequências de tantos erros na política econômica do Governo Dilma Rousseff fizeram a dívida bruta do setor público brasileiro subir de 51,7% do PIB, em 2013, para 80% do PIB no fim de 2017 – um crescimento, em média, de 7% do PIB ao ano.

Foi em meio a esse cenário desastroso que o Governo Temer lançou o PPI. Os contornos desse programa inovador já estavam no documento do PMDB, hoje MDB, denominado “Ponte para o Futuro”, ignorado pelo Governo Dilma. Coordenado pelo presidente da Fundação Ulysses Guimarães, Moreira Franco, o documento destinava-se a preservar a economia brasileira, bem como tornar viável o seu desenvolvimento. Foi divulgado em outubro de 2015.



Ao normatizar as parcerias público-privadas, o principal objetivo do Governo Temer foi criar oportunidades para a retomada do emprego e renda em um país com milhões de desempregados. O grande desafio foi conquistar a confiança dos investidores por meio da criação de um saudável ambiente concorrencial aliado à segurança jurídica necessária para contratos de concessões que duram décadas. Estrategicamente, foi estabelecida uma governança

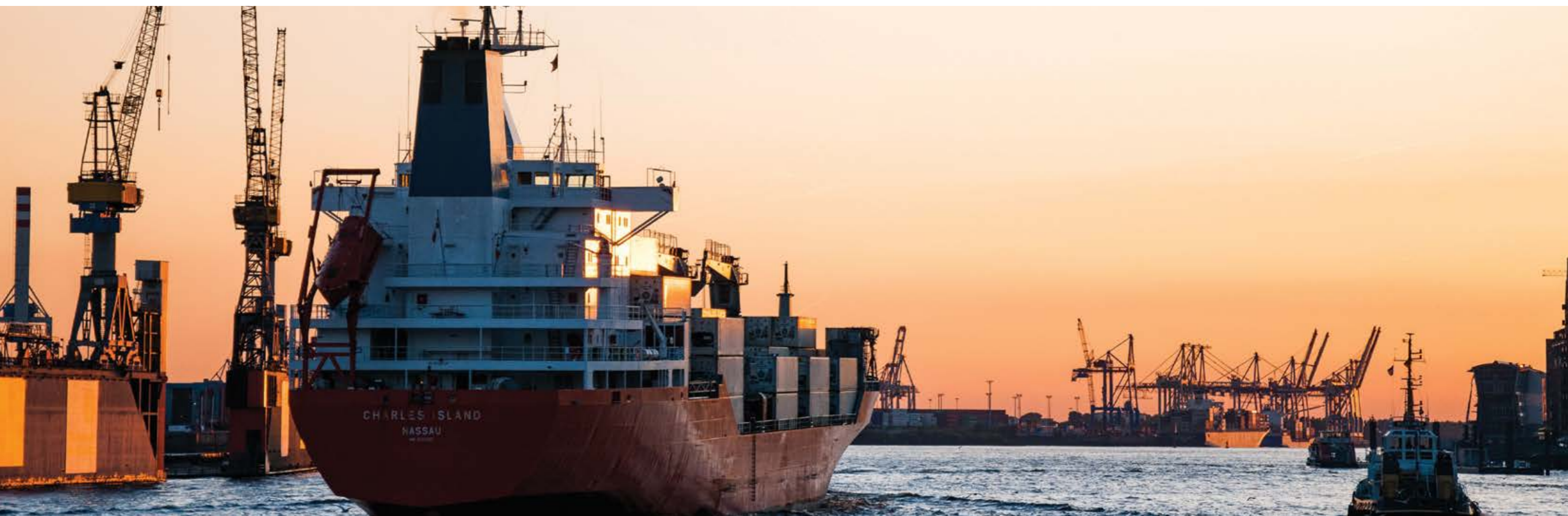
concentrada na participação e poder decisório da Presidência da República e de ministérios, agências reguladoras e bancos públicos. O tripé que garantiu a credibilidade do PPI e o retorno da confiança no Brasil foi: previsibilidade, segurança jurídica e prazos exequíveis. Em apenas dois anos, o programa superou a marca de cem concessões e desestatizações, atraindo empresas brasileiras de grande porte e grupos internacionais de diversos locais do mundo.



Por meio do PPI – e da expertise da iniciativa privada – o poder público conseguiu manter um nível de investimentos em projetos de importância nacional, ajudando o Brasil a retomar a rota do crescimento sustentável. Dos 191 projetos do portfólio do PPI, 105 foram finalizados, gerando R\$ 236 bilhões em investimentos. Além disso, serão realizados, até dezembro, 17 leilões e publicados mais 17 editais de novas concessões, incluindo o da Ferrovia Norte-Sul.

Não bastassem esses resultados tão positivos, o próximo governo, que tomará posse em janeiro de 2019, encontrará mais de 50 empreendimentos praticamente prontos para serem leiloados, com investimentos que ultrapassam R\$ 78 bilhões.

Nas próximas páginas, será possível conhecer melhor os desafios e os resultados desse programa inovador, que está inserindo o setor privado na modernização da infraestrutura do Brasil.





Cap.2



PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS: AS ORIGENS

Em maio de 2016, quando o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI foi criado, estávamos imersos em um curso econômico de recessão dos mais longos e profundos na história moderna do Brasil. Desde o 2º trimestre de 2014, o PIB per capita decresceu, no acumulado, 9,7%, pior resultado desde a grande depressão de 1929-1930; e a demanda doméstica teve uma queda de 12,4%. Assim, ao fim do 2º trimestre de 2016, o PIB real estava no mesmo nível do 3º trimestre de 2010.

Foram necessárias coragem e firmeza para fazer os ajustes na condução econômica e apresentar medidas de reforma ousadas e profundas para contornar esse cenário.

A confiança dos empresários e investidores e os preços dos ativos tiveram ganhos com importantes medidas capitaneadas pelo Governo, como a rápida aprovação no Congresso da emenda constitucional que limita o crescimento da despesa primária à taxa de inflação do ano anterior, e a reforma trabalhista.

O esforço do Governo Federal gerou expressivos

resultados. Saímos do quadro recessivo. Os dados mostram que, já em 2017, entramos no curso da recuperação gradual. Houve criação líquida de empregos no mercado formal. Tanto a produção industrial quanto os dados do comércio mostraram reação. As condições de liquidez e de capitalização do sistema financeiro contribuíram para a minimização dos efeitos da crise. A taxa de juros real da economia está no patamar mais baixo dos últimos anos, enquanto as expectativas de inflação suportaram queda relevante da taxa de juros.

No entanto, a economia seguiu operando com alto nível de ociosidade dos fatores de produção, o que tem reflexos na taxa de desemprego. Por este motivo, como pilar importante da política econômica, foi lançado, em maio de 2016, o Programa de Parcerias de Investimentos, com objetivo de estimular investimentos em infraestrutura, preconizando novos princípios e uma nova dinâmica.

O programa tem servido de mola propulsora da atividade econômica e tem feito da iniciativa privada



Fonte: <https://www.ppi.gov.br/projetos1#/s/Em%20andamento/u//e//m//r/>

uma importante parceira dos grandes projetos públicos de infraestrutura. Há necessidade de capturar o potencial externo, visto que a recuperação econômica global torna o cenário favorável para manter o apetite por risco em ativos como os ofertados pelo PPI.

O PPI surgiu alinhado às estratégias do plano “Ponte para o Futuro”, elaborado pela Fundação Ulysses Guimarães em 2015, e foi coordenado pelo Secretário Especial do PPI à época, Moreira Franco, que entendeu não haver necessidade de se criar um ministério para executar as funções do Programa.

Na verdade, Moreira Franco entendia que a governança do PPI deveria ser exercida por um núcleo decisório, ou seja, por um Conselho presidido pelo Presidente da República, que por sua vez seria assessorado diretamente pelo Secretário Especial. Essa acertada decisão administrativa proporcionou não só os relevantes resul-

tados aqui apresentados, como fez com que o PPI deixasse de ser visto como um programa de governo e fosse tratado como um programa de Estado, sempre focando na geração de emprego e renda para a população, além da melhoria da prestação dos serviços públicos.

Ordem na casa! – Além da nova modelagem que seria proposta pelo Programa, contratos de concessão já existentes, e que apresentavam problemas, também precisavam de soluções. As novas diretrizes para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria foram definidas por meio da Medida Provisória nº 752, de 2016 (posteriormente convertida na Lei nº 13.448, de 2017).

A lei em questão trouxe importantes inovações para a segurança jurídica necessária à retomada do crescimento mediante a requalificação de empreendimentos de infraestrutura. A lei possibilita a prorrogação antecipada, a garantia do direito de

passagem, de tráfego mútuo e de exploração por operador ferroviário independente, além de promover a possibilidade da relicitação de concessões que não performaram e de institucionalizar a arbitragem como mecanismo preferencial para solução de conflitos, pontos que também aprimoraram o cenário regulatório das delegações de prestação de serviços públicos.

Um novo caminho – Meses de debate entre Governo, ministérios envolvidos, agências reguladoras e órgãos de controle e mercado, resultaram em uma grande reestruturação na forma como o Estado lidaria com as concessões, reerguendo a segurança jurídica e a estabilidade regulatória, além de modernizar a governança.

O propósito é oferecer à iniciativa privada projetos técnicos e economicamente factíveis e um portfólio administrado com transparência máxima, sob a liderança da Presidência da República.

A atuação do Programa é orientada por 10 diretrizes que buscam a qualidade técnica dos empreendimentos. Algumas dessas diretrizes foram fundamentais para melhorar o ambiente de negócios, como o aumento do prazo para 100 dias entre o lançamento do edital e o leilão – garantindo tempo hábil para leitura e desenvolvimento de propostas. Outra mudança crucial foi a publicação dos editais nas línguas inglesa e espanhola, que também tem otimizado o trabalho das empresas interessadas. Ainda sobre as novas regras, vale

ressaltar que os projetos do PPI somente vão a leilão com o aval do Tribunal de Contas da União (TCU), garantindo, assim, transparência e credibilidade ao processo licitatório.

O diálogo com o CADE foi intenso, e várias sugestões que tinham por finalidade estimular o ambiente concorrencial dos processos licitatórios foram incorporadas na rotina do programa, dentre as quais destacam-se: a utilização de critérios de seleção que aumentem a intensidade e eficiência da competição; a permissão de competição internacional, com

a elaboração de editais em inglês, ampla divulgação em canais de comunicação estrangeiros – assim todas as empresas, principalmente estrangeiras, terão igual oportunidade de decisão no que diz respeito ao prazo exposto no edital –; o estímulo para que eventuais indícios ou denúncias de conluio nos processos licitatórios sejam enviados ao órgão antitruste para investigação; e a implantação de medidas para reduzir a assimetria informacional entre as empresas, para tentar melhorar o ambiente competitivo nas concessões.

As 10 diretrizes do PPI

1. As concessões serão conduzidas sob o máximo rigor técnico.
2. O foco será melhorar a prestação de serviço às pessoas e ao setor produtivo.
3. Para ampliar a segurança jurídica, todos os contratos terão indicadores claros.
4. Vamos devolver às agências reguladoras o sentido efetivo de órgão de Estado.
5. Os editais só serão lançados depois de passarem pelo debate público e obterem aval do TCU.
6. Todos os editais serão publicados em português e inglês.
7. O prazo mínimo do edital será expandido para 100 dias.
8. A partir de agora, só irão à concessão projetos com viabilidade ambiental comprovada.
9. A forma de contratação do financiamento de longo prazo irá mudar.
10. Para as concessões existentes, iremos trabalhar para que continuem comprometidas em garantir o equilíbrio dos projetos.

O modelo de parcerias proposto pelo PPI garante contratos com regras mais claras, participação pública, envolvimento do TCU, previsibilidade, mais tempo de preparação das propostas pelas empresas e, por consequência, projetos mais atrativos e sustentáveis. Agora, as empresas têm mais segurança para investir nos projetos qualificados no PPI.

Estrutura do Programa – Duas estruturas foram criadas na Administração Federal: o Conselho do PPI e a Secretaria Especial do PPI.

A Secretaria conta com especialistas nas áreas de infraestrutura, finanças, engenharia, direito, economia e relações internacionais. A equipe é formada por mais de 40 profissionais, entre doutores, mestres e especialistas, que, diariamente, acompanham todas as fases dos projetos qualificados. A missão é viabilizar o cumprimento dos objetivos do Programa, destinado à ampliação e fortalecimento da interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio da celebração de contratos de parceria. A Secretaria, vinculada à Presidência

da República, atua em apoio aos ministérios e às agências reguladoras para a execução das atividades.

O Conselho é o órgão colegiado que avalia e recomenda ao Presidente da República os projetos que integrarão o PPI, decidindo, ainda, sobre temas relacionados à execução dos contratos de parcerias e desestatizações.

O Conselho, que coordena e supervisiona as ações do PPI, é integrado pelos seguintes membros:

- Presidente da República
- Secretário Executivo do PPI
- Ministro Chefe da Casa Civil
- Ministro da Fazenda
- Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
- Ministro de Minas e Energia
- Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil
- Ministro do Meio Ambiente
- Presidente do BNDES
- Presidente da Caixa Econômica Federal
- Presidente do Banco do Brasil
- Agências reguladoras

O Conselho se reúne, sempre que necessário, para deliberar sobre a inclusão de novos projetos no Programa, além de debater so-



bre assuntos burocráticos. Cada membro tem um papel fundamental e estratégico na qualificação de um novo empreendimento. O Presidente da República é o responsável por conduzir a pauta, aprovando ou não a inclusão de projetos.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo, é o condutor dos processos de desestatização de ativos do PPI – além de gerir o Fundo Nacional de Desestatização (FND). O

Banco atua na estruturação de projetos que visam atrair a parceria privada, identificando oportunidades e acompanhando o processo desde a fase de estudos até a assinatura do contrato.

O Ministério do Meio Ambiente, por sua vez, é o órgão responsável pelos licenciamentos ambientais. No PPI, os empreendimentos só vão a leilão após a avaliação preliminar do Ministério com relação às questões ambientais envolvidas diretamente com o projeto.



Mas, afinal, quais são as etapas que antecedem o leilão?

A sequência a seguir mostra qual o rito de um projeto até a fase final.

Estudos

Estruturação e planejamento

Esta fase é de muita dedicação. Normalmente, leva-se de um a dois anos para estruturar um projeto consistente, sustentável e factível.

Consulta Pública

Participação da sociedade

Essa etapa é fundamental, pois promove um amplo debate com a sociedade. Dura de 30 a 45 dias, podendo se estender dependendo da participação popular e atores envolvidos. Todas as contribuições são respondidas pela respectiva agência reguladora.

Acordão do TCU

Aprovação do Tribunal

Os projetos do PPI só vão a leilão após aprovação desse órgão de controle. As ponderações do TCU são levadas em consideração pela equipe técnica do PPI e os ajustes são incorporados ao projeto.

Edital

Regras

O edital traz as diretrizes e as regras do processo licitatório. O investidor deve ficar atento e atender às especificidades do documento.

Leilão

Sessão pública

Os leilões acontecem, normalmente, na sede da B3, em São Paulo.

Contrato

Firma-se a parceria

Assinatura de contrato entre o setor público e a empresa vencedora no leilão.

Projetos: 191 empreendimentos foram qualificados no PPI

Para fazer parte do programa de concessões, o projeto precisa ser qualificado por meio de Reuniões do Conselho, como explicado anteriormente. A inclusão de novos empreendimentos é dinâmica, e no decorrer dos 30 meses de Programa, 191 projetos integraram o portfólio – tratados como prioridade nacional pelo Governo Temer. São ativos de setores estratégicos para o crescimento econômico e sustentável do País, como rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, energia, óleo e gás, entre outros.

Os empreendimentos foram qualificados ao longo de oito Reuniões do Conselho do PPI. Cada projeto deliberado dá origem a uma Resolução – ato normativo que oficializa a inclusão do ativo no PPI e suas diretrizes.

A figura a seguir mostra um balanço com a quantidade de projetos inclusos em cada Reunião, a porcentagem de execução do cronograma e o respectivo valor de investimento gerado.

	1ª REUNIÃO (13/09/2016)	2ª REUNIÃO (07/03/2017)	3ª REUNIÃO (23/08/2017)	4ª REUNIÃO (08/11/2017)
	34 projetos 22 concluídos – 65% R\$ 78 bilhões em investimentos	55 projetos 42 concluídos – 76,4% R\$ 13,6 bilhões em investimentos	55 projetos 18 concluídos – 32,7% R\$ 62,3 bilhões em investimentos	Deliberações
	5ª REUNIÃO (19/03/2018)	6ª REUNIÃO (20/06/2018)	7ª REUNIÃO (02/07/2018)	8ª REUNIÃO (06/07/2018)
	31 projetos 21 concluídos – 67,7% R\$ 6 bilhões em investimentos	Deliberações sobre a Eletropaulo	14 projetos 1 concluído – 7,1%	Extraordinária EF-118 e EF-151



Outros avanços – Para captar mais investimentos e dar fluidez ao setor de óleo e gás, por exemplo, o Governo Temer alterou algumas regras do processo licitatório desse setor – o que tornou o negócio mais atraente.

O resultado das últimas rodadas de leilão do Pré-Sal reflete as mudanças regulatórias realizadas pelo PPI. Entre os aprimoramentos na legislação, está o fim da obrigatoriedade da Petrobras ser operadora única no Pré-Sal e as novas regras em relação ao conteúdo local. Além dessas, tam-

bém foi editado o Decreto 9.128/17, que prorroga, de 2020 para 2040, o prazo de vigência do Repetro – que é um regime aduaneiro especial de exportação e importação que suspende tributos federais para equipamentos usados em pesquisa e lavra de jazidas de petróleo e de gás natural.

Esse setor obteve resultados financeiros satisfatórios. Segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), os royalties do petróleo devem render R\$ 67 bilhões em 2019. Na área do Pré-Sal, a projeção é de que as receitas



cheguem a R\$ 53 bilhões ainda neste ano. Vale ressaltar os números referentes aos projetos do PPI nesse setor: apenas com outorgas, a União arrecadou mais de R\$ 27 bilhões. Os investimentos ultrapassam o valor de R\$ 176 bilhões.

Além dos esforços focados na entrega de projetos mais consistentes e atrativos, como os de óleo e gás, a equipe do PPI também se dedicou a questões relevantes para aprimorar a logística do País. Exemplo disso foi a elaboração do Plano Nacional de Logística (PNL)

em parceria com a Empresa de Planejamento e Logística (EPL). O documento, divulgado em julho de 2018, apresenta um diagnóstico da logística brasileira e prevê os empreendimentos necessários para otimizar a infraestrutura até o ano de 2025.

O PNL traz elementos para tomada de decisão sobre investimentos e também é um legado para as próximas administrações federais, que deverão definir futuras concessões, parcerias público-privadas e prioridades na aplicação do orçamento.

Resultados: mais de R\$ 236 bilhões serão investidos no setor de infraestrutura

Os números do PPI impressionam, sobretudo no que se refere aos valores a serem aportados pelos projetos entregues até então: R\$ 236 bilhões em investimentos – que trarão ao longo dos próximos anos mais empregos e renda, alavancando o desenvolvimento do Brasil. Mais que isso: o Programa contribuiu para arrecadação fiscal. Apenas com as outorgas dos leilões realizados, a União arrecadou R\$ 46,3 bilhões. Dos 191 qualificados, 105 empreendimentos já foram concluídos. Esse número corresponde a 54,5%

de execução do cronograma estimado pelo Programa de concessões do Governo Temer. O capítulo seguinte mostra um panorama dos projetos concluídos, além dos 87 empreendimentos que ainda estão em andamento (que preveem mais R\$ 152 bilhões em investimentos).

Os avanços vão além dos números – A melhoria da infraestrutura contribuirá para a retomada da economia e o aumento da produtividade, diminuindo consequentemente o Custo Brasil. O País possui a maior carga tributária da América Latina, chegando a patamares próximos aos de países desenvolvidos. Porém, o

retorno em serviços para a população não é o mesmo. Investir no setor ferroviário, por exemplo, reduzirá o tempo e o custo do transporte de diversos produtos movimentados, hoje, por rodovias. Um exemplo prático: o consumidor não paga apenas pela laranja que está comprando. O preço desse produto inclui cargas tributárias, custos operacionais, condições de infraestrutura (que hoje são deficitárias), entre outros fatores envolvidos no transporte (até chegar às prateleiras).

A figura a seguir mostra os investimentos por setor dos projetos já leiloados.

Empreendimento	Outorga/Bônus (R\$) Obtido	Investimentos (R\$)
Concessão de Aeroportos	3.72 bi	6.61 bi
Terminais Portuários	280.0 mi	2.2 bi
Concessão de Petróleo e Gás	29.7 bi	176.8 bi
Privatização de Energia (Distribuição)	2.28 bi	6.82 bi
Usina de Geração	12.13 bi	8.17 bi
	46.3 bi	200 bi





PPI pelo mundo – Países como Colômbia, Espanha, Portugal, Índia, Alemanha e China, por exemplo, já investem em projetos do portfólio do PPI. A participação do mercado internacional tem sido efetiva nos leilões, mostrando que as mudanças trazem mais conforto e segurança aos investidores estrangeiros. A equipe do PPI tem participado de eventos internacionais de infraestrutura, e o feedback é positivo: o mercado está mais seguro para investir no Brasil, pois, agora, existe um órgão que reúne todas as informações sobre os projetos, o que proporciona um ambiente mais atrativo, organizado e transparente.

Futuro: um portfólio consistente

Os resultados apresentados reforçam que o Brasil está no caminho da retomada do crescimento – e vai avançar muito mais. Foram mais de dois anos de intenso trabalho e os esforços mostraram a necessidade e a im-



portância de um programa como o PPI, que prioriza a qualidade nos serviços prestados à população, pautado em contratos bem estruturados e estudos de qualidade, que resultam em projetos factíveis e sustentáveis.

As concessões geraram investimentos em setores como óleo e gás, energia, rodovias, aeroportos e portos, o que induziu fortemente a atividade econômica. Poços de petróleo em desenvolvimento, por exemplo, vão gerar empregos, tributos e royalties.

Dos 87 empreendimentos em execução, 52 já estão em estágio avançado. Para 2019, importantes projetos para o desenvolvimento do País serão leiloados, como a Ferrovia Norte-Sul, a BR 364/365/MG/GO, a Eletrobras e outros prioritários que compõem o Programa de Parcerias de Investimentos.

O capítulo 3, na sequência, apresenta os números do PPI referentes ao período de maio de 2016 a outubro de 2018.

Cap.3



O PPI EM NÚMEROS

LEILÕES E RENOVAÇÕES REALIZADOS

Fonte: Governo Federal

PROJETOS PPI

191

54% da carteira PPI em 28 meses

R\$ 236 BILHÕES

INVESTIMENTOS PREVISTOS

AEROPORTOS

4

• 4 concessões



ÓLEO
E GÁS

7

- 4ª Rodada de Acumulações de Campos Marginais
- 14ª e 15ª Rodadas de Blocos Exploratórios de Petróleo e Gás
- 2ª, 3ª, 4ª, 5ª Rodadas de Partilha de Produção



TERMINAIS
PORTUÁRIOS

16

- 8 concessões
- 8 renovações antecipadas



ENERGIA

76

- 66 transmissão
 - 62 com proposta
 - 4 sem proposta
- 5 geração
 - 4 concessões UHE
 - 1 prorrogação PCH
- 5 distribuição (desestatização CELG-D e companhias de energia do Piauí, Acre, Rondônia e Roraima)



RODOVIAS

472KM

- Licitada a Rodovia de Integração do Sul
- Deságio de 40,5% na tarifa básica
- 8 bilhões de novos investimentos



**PROJETOS
EM ANDAMENTO:
87 INVESTIMENTOS**

**PREVISTOS:
R\$152 BILHÕES**

Secretaria Especial do Programa
de Parcerias de Investimentos
gabineteppi@presidencia.gov.br
(61) 3411-6426 - www.ppi.gov.br

RODOVIAS



8

4 licitações
4 estudos

AEROPORTOS



17

13 concessões
4 alienações

**TERMINAIS
PORTUÁRIOS**



22

19 arrendamentos
1 renovação
2 autorizações de investimento

**ÓLEO
E GÁS**



1

1 partilha de Pré-Sal

MINERAÇÃO



4

4 concessões de exploração
de direitos minerários

FERROVIAS



12

5 renovações
3 concessões
4 investimentos em malhas
de interesse da União

COMAER



1

1 concessão administrativa - Parceria
Pública-Privada (PPP)

**ENERGIA
ELÉTRICA**



18

Geração: 1 prorrogação
14 lotes transmissão
Desestatizações
• 2 distribuidoras
• 1 Eletrobras

LOTEX

1

1 concessão direito
de exploração

**CASA DA
MOEDA**

1

1 desestatização

ABASTECIMENTO



2

2 desestatizações
CEASAMINAS
CASEMG

PROJETOS CONCLUÍDOS – PPI

Empreendimento	Licitante Vencedora
Aeroporto de Salvador/BA	CONSÓRCIO VINCI AIRPORTS (VINCI AIRPORTS SAS E VINCI AIRPORTS DO BRASIL)
Aeroporto de Florianópolis/SC	ZURICH AIRPORT INTERNATIONAL AG
Aeroporto de Fortaleza/CE	FRAPORT AG FRANKFURT AIRPORT SERVICES WORLDWIDE
Aeroporto de Porto Alegre/RS	FRAPORT AG FRANKFURT AIRPORT SERVICES WORLDWIDE
Terminal de Trigo do Rio de Janeiro/RJ	CONSÓRCIO MARAVILHA (BUNGE ALIMENTOS S/A E M. DIAS BRANCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS)
STM 04 – Terminal de Combustíveis em Santarém/PA	CONSÓRCIO PORTO SANTARÉM (PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A E PETRÓLEO SABBÁ S.A)
STM 05 – Terminal de Combustíveis em Santarém/PA	CONSÓRCIO PORTO SANTARÉM (PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A E PETRÓLEO SABBÁ S.A)
TECON – Terminal de Contêineres de Salvador/BA	TECON SALVADOR S.A.
FOSPAR S.A. – Terminal de Fertilizantes no Porto de Paranaguá/PR	FOSPAR – FERTILIZANTES FOSFATADOS DO PARANÁ S.A.
IQI-18 – Terminal Portuário para Movimentação de Celulose no Porto de Itaqui/MA	CONSÓRCIO SUZANO PAPEL E CELULOSE
TEQUIMAR – Terminal Químico de Aratu S.A. – Porto de Itaqui/MA	TERMINAL QUÍMICO DE ARATU S.A.
XXXIX – Terminal Portuário de Caramuru – Porto de Santos/SP	TERMINAL XXXIX DE SANTOS S/A
Terminal de Granéis Sólidos e Carga Geral – Nitport – Niterói/RJ	NITPORT SERVIÇOS PORTUÁRIOS S.A.
Terminal de Movimentação e Armazenagem de Cargas a apoio offshore – Nitshore – Niterói/RJ	COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ E NITSHORE ENGENHARIA E SERVIÇOS PORTUÁRIOS S.A.
CONVICON – Terminal de Contêineres – Porto de Vila do Conde/PA	CONVICON – CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.
TESC – Terminal Portuário de Santa Catarina/SC	TESC – TERMINAL SANTA CATARINA S.A.
MIR-01 – Terminal de GLP no Porto de Miramar em Belém/PA	BAHIANA DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA/ BRADESCO S.A. CTVM (72) (GRUPO ULTRAGÁS)

Empreendimento	Licitante Vencedora
BEL – 05 – Terminal de GLP de Miramar no Porto de Belém/PA	LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A./ ITAÚ CV S.A. (114)
BEL – 06 – Terminal de GLP de Miramar no Porto de Belém/PA	NACIONAL GÁS
UHE São Simão (GO)	STATE POWER INVESTMENT (SPIC) PACIFIC ENERGY PTY LTD
UHE Volta Grande (MG)	ENEL BRASIL S.A.
UHE Miranda (MG)	CONSÓRCIO ENGIE BRASIL MINAS GERAÇÃO (ENGIE BRASIL ENERGIA S.A. E ENGIE BRASIL ENERGIA COMERCIALIZADORA)
PCH Pery (SC)	CELESC GERAÇÃO S.A.
UHE Jaguará (MG)	CONSÓRCIO ENGIE BRASIL MINAS GERAÇÃO (ENGIE BRASIL ENERGIA S.A. E ENGIE BRASIL ENERGIA COMERCIALIZADORA)
Companhia Energética de Goiás – CELG	ENEL BRASIL S.A.
Boa Vista Energia S.A.	OLIVEIRA ENERGIA
Companhia de Eletricidade do Acre	ENERGISA S.A.
Companhia de Energia do Piauí	EQUATORIAL ENERGIA S.A.
Centrais Elétricas de Rondônia S.A.	ENERGISA S.A.
LT 525 kV Guaíra – Sarandi – CD, C1 e C2, com 2 x 266,3 km; LT 525 kV Foz do Iguaçu – Guaíra – CD, C1 e C2, com 2 x 173 km; LT 525 kV Londrina – Sarandi, CD, C1 e C2, com 75,5 km; LT 230 kV Sarandi – Paranaíba Norte, CD, com 85 km; SE 525/230 kV Guaíra (novo pátio 525 kV) – (6+1 Res) x 224 MVA; SE 525/230/138 kV Sarandi (novo pátio 525 kV) – 525/230 kV (6+1Res)x224 MVA; SE 230/138 kV Paranaíba Norte – (6+1Res)x50 MVA;	CONSÓRCIO COLUMBIA – TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA (50%) E CTEEP – COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA (50%)
LT 230 kV Umuarama Sul – Guaíra C2, CS, com 108 km; SE 230/138 kV Londrina Sul – (3+1Res)x50 MVA; Trecho de LT da SE Londrina Sul ao Secc (LT 230 kV Londrina – Apucarana) C1 – 2 x 4,5 km;	CONSÓRCIO CESBE-FASTTEL (FASTTEL ENGENHARIA LTDA 30% E CESBE PARTICIPAÇÕES S.A. 70%)
LT 230 kV Rio Verde Norte – Jataí – CD, C1 e C2, com 136 km; SE 500/230 kV Rio Verde Norte (novo pátio 230 kV) – (6+1 Res) x 224 MVA.	ENERGISA S/A

Empreendimento	Licitante Vencedora
LT 230 kV Rio Brilhante – Dourados 2 C1, com 122 km; LT 230 kV Nova Porto Primavera – Rio Brilhante, C2, com 137 km; LT 230 kV Nova Porto Primavera – Ivinhema 2, C2, com 64 km; LT 230 kV Rio Brilhante – Campo Grande 2 C1, com 149 km; LT 230 kV Imbirussu – Campo Grande 2 C2, com 57,3 km; LT 230 kV Dourados – Dourados II C2, com 48,2 km; SE 230/138 Dourados 2 – 2 x 150 MVA; Trecho de LT 230 kV Dourados – Ivinhema 2 em Dourados 2, 2 x 15,6 km.	ELEKTRO HOLDING S.A
LT 230 kV Novo Porto Primavera – Rosana CD, com 2x18,2 km; SE 230/138 kV Rosana (novo pátio 230 kV) – (6+1Res)x83,33 MVA em série com 2 TR defasadores 138/138 kV de (2+1Res)x250 MVA cada	CTEEP – COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA
SE Araraquara 2 – 3 x Compensadores Síncronos 500 kV – (-180/+300) Mvar	CTEEP – COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA
LT 500 kV Miranda II – São Luís II – CS – C3, com 116 km; LT 500 kV São Luís II – São Luís IV – CD – C1 e C2, com 5 km; SE 500/230/69 kV São Luís IV – 500/230 kV, (6+1Res) x200 MVA e 230/69 kV, 2x200 MVA; Trecho de LT da SE São Luís IV ao Secc LT UTE Porto de Itaquí – São Luís II – 2 x 1 km.	EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A
SE 500/138 kV Resende (novo pátio 138 kV) (3+1Res) x100 MVA	ARTEON Z ENERGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA
LT 230 kV Lagoa Nova II – Currais Novos II, CD, 28 km; SE Currais Novos II 230/69 kV, 2x100 MVA	RC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A
LT 230 kV Garibaldi – Lajeado 3, CS, 47 km; LT 230 kV Lajeado 2 – Lajeado 3, CS, 16,4 km; LT 230 kV Candiota 2 – Bagé 2, CS, 49 km; SE Vinhedos 230/69 kV, 2x165 MVA; SE Lajeado 3 230/69 kV, 2x83 MVA;	STERLITE POWER GRID VENTURES LIMITED
LT 230 kV Coelho Neto – Chapadina II, CS, 74 km; LT 230 kV Miranda II – Chapadina II, CS, 129 km; SE 230/69 kV Chapadina II – 2 x 100 MVA.	EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A
LT 230 kV Imperatriz – Porto Franco, C2, 113 km;	
LT 500 kV Xingó – Jardim C2, com 160 km; LT 500 kV Paulo Afonso IV – Luiz Gonzaga C2, com 38 km;	CONSÓRCIO RENASCENÇA – CMN SOLUTIONS A026 PARTICIPAÇÕES S.A (0,01%), VINCI INFRA TRANSMISSÃO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA (59,99%) E VINCI INFRA COINVESTIMENTO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA (40%)

Empreendimento	Licitante Vencedora
LT 230 kV N. Sra do Socorro – Penedo C2, com 109 km;	CONSÓRCIO LT NORTE – FM RODRIGUES & CIA LTDA (50%) E HERSA ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA (50%)
LT 230 kV Garanhuns II – Arcoverde II, com 89 km; LT 230 kV Caetés II – Arcoverde II, com 50 km; SE 230/69 kV Arcoverde II – 2x100 MVA; SE 230/69 kV Garanhuns II – novo pátio 69 kV – 2 x 100 MVA.	STERLITE POWER GRID VENTURES LIMITED
LT 230kV Ribeiro Gonçalves – Balsas – C2 – 95km	
LT 230 kV Guaíba 3 – Nova Santa Rita, com 38 km	
LT 500 kV Estreito – Cachoeira Paulista C1 e C2, CS, com 2 x 375 km;	EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A
LT 500 kV Fernão Dias – Terminal Rio, com 307 km;	CONSÓRCIO OLYMPUS II – ALUPAR INVESTIMENTO S.A (51%) E APOLLO 12 PARTICIPAÇÕES S.A (49%)
SE 500 kV Fernão Dias – Compensador Estático 500 kV – (-150/300) Mvar.	ELEKTRO HOLDING S.A
LT 525kV Abdon Batista – Siderópolis 2 CD – 261 km; LT 525kV Biguaçu – Siderópolis 2 C1 – 149 km; LT 525kV Campos Novos – Abdon Batista C2 – 39 km; LT 230kV Siderópolis 2 – Forquilha C1 – 28 km; LT 230kV Siderópolis 2 – Siderópolis CD – 7,5 km SE 525/230 kV Siderópolis 2 (Nova) – (6+1) x ATF 224 MVA.	CONSÓRCIO ALIANÇA – EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A (90%) E CELESC GERAÇÃO S.A (10%)
SE 525 kV Biguaçu – Comp. Estático – (-100/+300 Mvar)	ELEKTRO HOLDING S.A
LT 500 kV Campina Grande III – Pau Ferro, com 136 km	RC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A
LT 440 kV Cabreúva – Fernão Dias C1 e C2, CD, com 71 km	
SE 440 kV Bauru – Compensador Estático 440 kV (-125/250) Mvar	CTEEP – COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA
LT 230 kV Xinguara II – Santana do Araguaia C1/C2, CD, com 2 x 296 km; SE 230/138 kV Santana do Araguaia (novo pátio 230 kV) 2x150 MVA e transformação defasadora.	ENERGISA S.A.
SE 500/230 kV Sobral III – Comp. Estático 500 kV (-150/+250 Mvar);	ELEKTRO HOLDING S.A
SE 230/69-13,8 kV Caxias II – 2x100 MVA; SE 230/69 kV Boa Esperança II (pátio novo 69 kV) – 2x100 MVA; SE 230/69 kV Teresina II (pátio novo 69 kV) – 2x150 MVA	ARTEON Z ENERGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA

Empreendimento	Licitante Vencedora
SE 440/138 kV Baguaçu – (6+1R) x 100 MVA; SE 440/138 kV Alta Paulista – (6+1R) x 133,33 MVA; Secc da LT 440 kV Marechal Rondon – Taquaruçu – LT 440 kV – 53 e 54 km cada; Secc da LT 440 kV Ilha Solteira – Bauru C1 e C2 – LT 440 kV – 2 x 1 km CD.	CTEEP – COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA
LT 500 kV Queimada Nova II – Milagres II C1, com 322 km;	RC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A
LT 230kV Xingu – Altamira, C1, 61km; LT 230kV Altamira – Transamazônica, C2, 188km; LT 230kV Transamazônica – Tapajós, C1, 187km; SE 230/138kV Tapajós – 2 x 150MVA; SE Tapajós – Compensador Síncrono (-75 / +150)Mvar; SE Rurópolis – Compensador Síncrono (-55 / +110)Mvar;	EQUATORIAL ENERGIA S.A
LT 230 kV Samuel – Ariquemes C4, com 145 km; LT 230 kV Ariquemes – Ji-Paraná C4, com 165 km; SE Ji-Paraná – Compensador Síncrono (-90/+150) Mvar; SE Ariquemes – Compensador Síncrono (-90/+150) Mvar; SE 230/138 kV Jaru – (3+1R) x 16,67 MVA SE 230/69 kV Coletora Porto Velho – (novo pátio 69 kV) – 1 x 100 MVA.	COBRA BRASIL SERVIÇOS COMUNICAÇÕES E ENERGIA
LT 230 kV Vila do Conde – Tomé-Açu C2, 125 km; SE 230/138 kV Tomé-Açu – 2x100 MVA;	CONSÓRCIO PARÁ (MALV EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A 30%, PRIMUS INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA 40% E DISBENOP – DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA 30%)
SE 230/138 kV Castanhal – 2x150 MVA (novo pátio em 138 kV).	CONSÓRCIO OMNIUM ENERGY (TESTOTRANS HOLDING LTDA 1% E PATRIMONIUM FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA 99%)
LT 230 kV Marituba – Utinga C2 e C3, Circuito Duplo, 10,4 km	CONSÓRCIO BRDIGITAL, BRENERGIA E LIG GLOBAL (BRASIL DIGITAL TELECOMUNICAÇÕES LTDA 79,60%, BRENERGIA ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA 0,40% E LIG GLOBAL SERVICE TECNOLOGIA EM IMPLANTAÇÃO, SISTEMAS TELECOMUNICAÇÕES E ENERGIA LTDA)
LT 500 kV Parnaíba III -Tianguá II – C1, com 111 km; LT 230 kV Acaraú II -Acaraú III – CD – C1 e C2, com 1 km; LT 230 kV Ibiapina II – Tianguá II – CD – C1 e C2, com 26 km; LT 230 kV Ibiapina II – Piripiri – C2, com 80 km; LT 230 kV Piripiri – Teresina III – C1, com 148 km; SE 500/230 kV Tianguá II – (6+1 Res) x 200 MVA; SE Parnaíba – 500/230kV (6+1 Res) x 200 MVA e 230/138kV 2 x 150 MVA; SE 500/230 kV Acaraú III – (6+1 Res) x 250 MVA; Seccion. LT 500 kV Teresina II – Sobra III C2 na SE Tiaguá II, 2 x 24 km, CS.	CONSÓRCIO ENGIE BRASIL TRANSMISSÃO (ENGIE BRASIL ENERGIAS COMPLEMENTARES PARTICIPAÇÕES LTDA. E ENGIE BRASIL ENERGIA COMERCIALIZADORA LTDA.)

Empreendimento	Licitante Vencedora
LT 500 kV Xingu – Serra Pelada C1 e C2, CS, 2 x 443 km; LT 500 kV Serra Pelada – Miracema C1 e C2, CS, 2 x 415 km; LT 500 kV Serra Pelada – Itacaiúnas C1, 115 km; SE 500 kV Serra Pelada.	CELEO REDES BRASIL S.A
LT 500 kV Miracema – Gilbués II C3, CS, 418 km; LT 500 kV Gilbués II – Barreiras II C2, CS, 311 km.	STERLITE POWER GRID VENTURES LIMITED
SE 500/230 kV Açú III – (6+1R) x 300 MVA.	EMPRESA NEOENERGIA S.A.
LT 500 kV Santa Luzia II – Campina Grande III, com 125 km; LT 500 kV Santa Luzia II – Milagres II, com 220 km; SE 500 kV Santa Luzia II.	CESBE PARTICIPAÇÕES S.A.
LT 500 kV Governador Valadares 6 – Mutum C2, com 165 km.	EMPRESA NEOENERGIA S.A.
LT 500 kV Presidente Juscelino – Itabira 5 C2, com 189 km.	CONSTRUTORA QUEBEC S/A
SE 230/138-13,8 kV Itabuna III – 3 x 150 MVA; Secciona LT 230 kV Funil – Itapebi C1 (2 x 25km).	CONSÓRCIO LINHA VERDE (QUEBEC APIACAS ENGENHARIA S.A 99% E CONSTRUTORA QUEBEC 1%).
SE 230/69 kV Lagoa do Carro – 2 x 150 MVA; Secc LT 230 kV Pau Ferro – Coteminas na SE Lagoa do Carro – 2 x 11,25 km.	EEN ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
SE 230 kV Fiat Seccionadora (pátio 69 kV) – 2x150 MVA	CONSÓRCIO BR ENERGIA (BRENERGIA ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA. 0,5%; BRASIL DIGITAL TELECOMUNICAÇÕES LTDA, 64,5%, E ENIND ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA,35%)
SE 230/69 kV Fiat Seccionadora – 2 x 150 MVA	MONTAGO CONSTRUTORA EIRELI
4ª Rodada de Licitações de Áreas com Acumulações Marginais	DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA. IMETAME ENERGIA LTDA. MUNCKS & REBOQUES BRASIL LTDA. NEWO ÓLEO E GÁS LTDA – ME PETROL SERVIÇOS DE SONDAGEM LTDA. – EPP UBUNTU ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA. – ME

Empreendimento	Licitante Vencedora
14ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios de Petróleo e Gás Natural sob o regime de concessão	BERTEK PRODUTOS, SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA. CNOOC PETROLEUM BRASIL LTDA. EXXONMOBIL EXPLORAÇÃO BRASIL LTDA. GEOPARK BRASIL EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS LTDA. GREAT ENERGY S.A. GREENCONSULT CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. – EPP IMETAME ENERGIA LTDA. KAROON PETRÓLEO E GÁS LTDA. MUNCKS & REBOQUES BRASIL LTDA. MURPHY EXPLORATION & PRODUCTION COMPANY PARNAÍBA GÁS NATURAL S.A. PETROIL ÓLEO E GÁS LTDA. PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. QUEIROZ GALVÃO EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S.A. REPSOL EXPLORACIÓN S.A. TEK ÓLEO E GÁS LTDA. VIPETRO PETRÓLEO S.A.
2ª Rodada de Licitações sob o regime de partilha de produção (áreas unitizáveis)	EXXONMOBIL EXPLORAÇÃO BRASIL LTDA. PETROGAL BRASIL S.A. PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. REPSOL SINOPEC BRASIL S.A. SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA. STATOIL BRASIL ÓLEO E GÁS LTDA. TOTAL E&P DO BRASIL LTDA.
3ª Rodada de Licitações sob o regime de partilha de produção (áreas unitizáveis)	BP ENERGY DO BRASIL LTDA. CNODC BRASIL PETRÓLEO E GÁS LTDA. CNOOC PETROLEUM BRASIL LTDA. PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. QPI BRASIL PETRÓLEO LTDA. SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA
4ª Rodada de Blocos sob o Regime de Partilha de Produção	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. CHEVRON BRAZIL VENTURES LLC. SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA. PETROGAL BRASIL S.A. STATOIL BRASIL ÓLEO E GÁS LTDA. EXXONMOBIL EXPLORAÇÃO BRASIL LTDA. BP ENERGY DO BRASIL LTDA.

Empreendimento	Licitante Vencedora
15ª Rodada de Blocos para Exploração e Produção	BP ENERGY DO BRASIL LTDA. CHEVRON BRAZIL VENTURES LLC. EXXONMOBIL EXPLORAÇÃO BRASIL LTDA. MURPHY EXPLORATION & PRODUCTION COMPANY QUEIROZ GALVÃO EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S.A. QPI BRASIL PETRÓLEO LTDA. STATOIL BRASIL ÓLEO E GÁS LTDA. REPSOL EXPLORAÇÃO BRASIL LTDA. PETROGAL BRASIL S.A. SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA. PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS WINTERSHALL HOLDING
LOTE 1, composto pelas seguintes instalações no estado de Santa Catarina: - LT 230 kV Biguaçu-Ratones, C1 e C2, 10 km aéreo, 13 km subaquático e 5,6 km subterrânea; - SE 230/138 kV Ratones – 2 x 150 MVA.	CONSÓRCIO COLUMBIA (TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. 50% E CTEEP – COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA 50%)
LOTE 2, composto pelas seguintes instalações no estado do Rio de Janeiro: - LT 345 kV Macaé-Lagos, C2, com 17 km; - SE 345/138 kV Lagos – (9+1Res) x 133 MVA; - Trechos de LT em 345 kV entre o seccionamento da LT 345 kV COMPERJ-Macaé e a SE Lagos, com 2 x 5 km.	ZOPONE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA
LOTE 3, composto pelas seguintes instalações nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte: - LT 500 kV Pacatuba – Jaguaruana II, C1, com 155,03 km; - LT 500 kV Jaguaruana II – Açú III, C1, com 113,95 km; - LT 230 kV Jaguaruana II – Mossoró IV, CD, C1 e C2, com 2 x 54,54 km; - LT 230 kV Jaguaruana II – Russas II, C1, com 32 km; - LT 230 kV Caraúbas II – Açú III, CD, C1 e C2, com 2 x 65,13 km; - SE 500/230 kV Jaguaruana II – (6+1 res.) x 250 MVA e Compensador Estático (-150/+300) Mvar; - SE 500/230/69 kV Pacatuba – 500/230 kV – (6+1R) x 200MVA e 230/69kV – 2 x 200 MVA; - SE 230/69 kV Caraúbas II – 2 x 100 MVA; - Trechos de LT em 500 kV entre o seccionamento da LT 500 kV Fortaleza II-Pecém II C1 e a SE Pacatuba, com 2 x 0,5 km.	STERLITE POWER GRID VENTURES LIMITED

Empreendimento	Licitante Vencedora
LOTE 4, composto pelas seguintes instalações no estado da Paraíba: - LT 500 kV Campina Grande III – João Pessoa II, C1, com 127 km; - SE 500/230/69 kV João Pessoa II – 500/230 kV – (3+1R) x 150 MVA e 230/69 kV – 2 x 150 MVA; - Trechos de LT em 230 kV entre o seccionamento da LT 230 kV Goianinha – Mussuré II e a SE João Pessoa II, com 2 x 0,5 km; - Trechos de LT em 230 kV entre o seccionamento da LT 230 kV Goianinha – Santa Rita II e a SE João Pessoa II, com 2 x 0,5 km; - Trechos de LT em 230 kV entre o seccionamento da LT 230 kV Santa Rita II – Mussuré II e a SE João Pessoa II, com 2 x 0,5 km.	STERLITE POWER GRID VENTURES LIMITED
LOTE 5, composto pelas seguintes instalações no estado da Bahia: - SE 230/69 kV Alagoinhas II – 2 x 100 MVA; - Trechos de LT em 230 kV entre o seccionamento da LT 230 kV Cicero Dantas – Catu C2 e a SE Alagoinhas II, com 2 x 0,5 km.	CONSÓRCIO BR ENERGIA / ENIND ENERGIA (BRENERGIA ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA. 0,5%; BRASIL DIGITAL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. 49,5% E ENIND ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA 50%)
LOTE 6, composto pelas seguintes instalações no estado da Bahia: - SE 230/69 kV Feira de Santana III – 2 x 150 MVA; - Trechos de LT em 230 kV entre o seccionamento da LT 230 kV Governador Mangabeira – Camaçari II C2 e a SE Feira de Santana III, com 2 x 54 km.	CONSÓRCIO LYON ENERGIA (LYON INFRAESTRUTURA, GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS LTDA 92% E PLM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA 8%)
LOTE 7, composto pelas seguintes instalações nos estados da Bahia e Sergipe: - LT 500 kV Porto de Sergipe – Olindina, C1, com 180 km; - LT 500 kV Olindina – Sapeaçu, C1, com 207 km; - LT 230 kV Morro do Chapéu II – Irecê, C2 e C3, CD, com 67 km.	STERLITE POWER GRID VENTURES LIMITED
LOTE 8, composto pelas seguintes instalações no estado de Alagoas: - SE 230/69 kV Santana – 2 x 100 MVA; - Trechos de LT em 230 kV entre o seccionamento da LT 230 kV Paulo Afonso III – Angelim C1 e a SE Santana, com 2 x 24 km.	CONSÓRCIO BR ENERGIA / ENIND ENERGIA (BRENERGIA ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA. 0,5%; BRASIL DIGITAL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. 49,5% E ENIND ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA 50%)
LOTE 9, composto pelas seguintes instalações no estado do Ceará: - SE 230/69 kV Maracanaú II – 3 x 150 MVA; - Trechos de LT em 230 kV entre o seccionamento da LT 230 kV Fortaleza II – Cauípe C3 e a SE Maracanaú II, com 2 x 1 km.	CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA SA

Empreendimento	Licitante Vencedora
<p>LOTE 10, composto pelas seguintes instalações no estado de São Paulo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - SE 500/230 kV Lorena – (3+1R) x 400 MVA; - Trechos de LT em 500 kV entre o seccionamento da LT 500 kV Tijuco Preto – Cachoeira Paulista C2 e a SE Lorena, com 2 x 2 km; - Trechos de LT em 500 kV entre o seccionamento da LT 230 kV Aparecida – Santa Cabeça C1 e a SE Lorena, com 2 x 2 km; - Trechos de LT em 230 kV entre o seccionamento da LT 230 kV Aparecida – Santa Cabeça C2 e a SE Lorena, com 2 x 2 km. 	CTEEP – COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA
<p>LOTE 11, composto pelas seguintes instalações no estado de Tocantins:</p> <ul style="list-style-type: none"> - SE 500/138 kV Colinas – novo pátio de 138 kV e transformação 500/138 kV com (6+1 res.) x 60 MVA. 	CONSÓRCIO LYON ENERGIA (LYON INFRAESTRUTURA, GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS LTDA 92% E PLM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA 8%)
<p>LOTE 12, composto pelas seguintes instalações no estado de Goiás:</p> <ul style="list-style-type: none"> - LT 230 kV Edeia – Cachoeira Dourada, C1, com 150 km; - SE 345/230 kV Pirineus – novo pátio de 345 kV e transformação 345/230 kV com (6+1 res.) x 100 MVA; - SE Barro Alto 230 kV – Compensador Estático 230 kV – 1 x (-75/+150) Mvar; - Trechos de LT em 345 kV entre o seccionamento da LT 345 kV Samambaia – Bandeirantes – C2 e a SE Pirineus, com 2 x 2 km. 	STERLITE POWER GRID VENTURES LIMITED
<p>LOTE 13, composto pelas seguintes instalações no estado de Goiás:</p> <ul style="list-style-type: none"> - SE 230/138 kV Rio Claro – 2 x 100 MVA; - Trechos de LT em 230 kV entre o seccionamento da LT 230 kV Rondonópolis – Rio Verde e a SE Rio Claro, com 2 x 2 km. 	CONSÓRCIO LUX LUZ (JB CONSTRUTORA LTDA 56%, JHH PARTICIPAÇÕES EIRELI 24% E TOTAL COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA E GÁS NATURAL S/A 20%)
<p>LOTE 14, composto pelas seguintes instalações no estado do Rio Grande do Sul:</p> <ul style="list-style-type: none"> - SE 230/69 kV Cruz Alta 2 – 2 x 83 MVA; - Trechos de LT em 230 kV entre o seccionamento da LT 230 kV Passo Real – Ijuí 2 e a SE Cruz Alta – 2x1 km. 	CONSÓRCIO LUX LUZ (JB CONSTRUTORA LTDA 56%, JHH PARTICIPAÇÕES EIRELI 24% E TOTAL COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA E GÁS NATURAL S/A 20%)
<p>LOTE 15, composto pelas seguintes instalações no estado do Pará:</p> <ul style="list-style-type: none"> - LT 500 kV Tucuruí – Marituba, C1, com 374 km. 	STERLITE POWER GRID VENTURES LIMITED

Empreendimento	Licitante Vencedora
<p>LOTE 16, composto pelas seguintes instalações nos estados do Piauí e Maranhão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - LT 230kV Ribeiro Gonçalves – Balsas, C2, com 95km. 	F3C EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A
<p>LOTE 17, composto pelas seguintes instalações no estado do Piauí:</p> <ul style="list-style-type: none"> - LT 230 kV Chapada I – Chapada II, C1, com 12 km; - LT 230 kV Chapada II – Chapada III, C1, com 18 km; - SE 230/138 kV Chapada I – novo pátio de 138 kV e transformação 230/138 kV, com 2 x 200 MVA. 	CONSÓRCIO LYON ENERGIA (LYON INFRAESTRUTURA, GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS LTDA 92% E PLM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA 8%)
<p>LOTE 18, composto pelas seguintes instalações no estado do Maranhão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - LT 230 kV Imperatriz – Porto Franco, C2, com 113 km. 	CONSÓRCIO I.G. TRANSMISSÃO E ESS ENERGIAS RENOVÁVEIS (I.G. TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A. 90% E ESS ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA 10%)
<p>LOTE 19, composto pelas seguintes instalações no estado do Pará:</p> <ul style="list-style-type: none"> - LT 500 kV Serra Pelada – Integradora Sossego, CD, com 2 x 66,5 km; - LT 230 kV Integradora Sossego – Xinguara II, C2, com 72,3 km; - SE 500/138 kV Serra Pelada – novo pátio de 138 kV e transformação 500/138 kV com (6+1R) x 50 MVA; - SE 500/230 kV Integradora Sossego – novo pátio de 500 kV e transformação 500/230 kV com (6+1R) x 250 MVA. 	ENERGISA S.A.
<p>LOTE 20, composto pelas seguintes instalações no estado de Minas Gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - LT 230 kV Janaúba 3 – Jaíba, CD, C1 e C2, com 93 km; - LT 345 kV Pirapora 2 – Três Marias, C1, com 112,2 km; - SE 230/138 kV Jaíba – 230/138kV (6+1R) x 33,3 MVA; - SE 500/230/138 kV Janaúba 3, transformação 500/230 kV, com (6+1R) x 100 MVA. 	STERLITE POWER GRID VENTURES LIMITED
<p>STS 13 – Arrendamento de granéis líquidos no porto de Santos/SP</p>	AGEO TERMINAIS
<p>5ª Rodada de blocos sob o Regime de Partilha da Produção</p>	LICIT+A1:B104ANTE VENCEDORA
<p>Licitada a Rodovia de Integração do Sul, com 472km e deságio de 40,5% na tarifa básica. Ela representará aproximadamente 8 bilhões de novos investimentos.</p>	EMPRESA VENCEDORA DO LEILÃO: COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES, DO GRUPO CCR.



Cap.4



CINCO FATOS RELEVANTES



1. SETOR FERROVIÁRIO

O sistema ferroviário é um importante vetor capaz de dinamizar o ritmo de desenvolvimento econômico dos países ao reduzir o custo do transporte de mercadorias e, consequentemente, da produção de diversas indústrias – principalmente as ligadas à exploração mineral, à atividade agropecuária e à cadeia de combustíveis. É conhecido também por seu baixo nível de emissão de gases

de efeito estufa e de material particulado, o que representa uma oportunidade de ganhos ambientais e melhor eficiência energética para o País (dados da Confederação Nacional do Transporte – O transporte move o Brasil).

Nesse sentido, importantes projetos ferroviários estão qualificados no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) – empreendimentos que foram

considerados prioritários para o Governo Federal. Estamos falando das novas concessões da Ferrovia Norte-Sul, Ferrogrão e Fiol – além das prorrogações antecipadas que vão proporcionar uma solução de gargalos na malha. As prorrogações serão da Rumo Malha Paulista; da Ferrovia Centro-Atlântica; da MRS Logística; da Estrada de Ferro Carajás; e da Estrada de Ferro Vitória a Minas.



2. SETOR DE ÓLEO & GÁS

O ano de 2017 marcou a forte retomada do setor de óleo e gás natural no Brasil, após quatro anos sem leilões. A 4ª Rodada de Acumulações Maduras, que arrecadou R\$ 8 milhões em bônus de assinatura, obteve o maior ágio médio registrado em leilões de áreas de acumulações marginais: 1.669%. Além disso, estão previstos investimentos de R\$ 9,1 milhões nas áreas arrematadas.

Em relação aos Blocos Exploratórios, na 14ª Rodada, ocorrida em 27 de setembro de 2017, foram arre-

matadas 37 áreas e obtido o maior bônus de assinatura total da história: R\$ 3,8 bilhões. Já a 15ª Rodada de Licitações, em 29 de março de 2017, ofertou 68 blocos nas bacias sedimentares marítimas e terrestres, totalizando 94,6 mil km² de área. A 15ª Rodada de Licitações/Mar contemplou 47 blocos, distribuídos em sete bacias sedimentares com áreas de elevado potencial. Foram arrematados 22 blocos marítimos dos 47 ofertados, com ágio médio de bônus de assinatura de 621,91%. A 15ª Rodada de Licitações/Terra,

por sua vez, contemplou 21 blocos, para os quais não houve oferta. A arrecadação foi acima de R\$ 8 bilhões em bônus de assinatura, configurando recorde de arrecadação entre as rodadas no regime de concessão.

Posteriormente, na 2ª e a 3ª Rodadas de Partilha da Produção no Pré-Sal, realizadas no dia 27 de outubro de 2017, foram arrematados seis blocos, dos oito oferecidos nos dois leilões – gerando R\$ 6,15 bilhões de arrecadação em bônus de assinatura e R\$ 760 milhões em investimentos

previstos no Programa Exploratório Mínimo^[1].

Na 2ª Rodada, o ágio do excedente em óleo ofertado foi de 261% e, na 3ª Rodada, de 202%. Destaca-se que na 1ª Rodada de Partilha, realizada em 2013, que ofereceu a área de Libra, teve ágio zero, uma vez que foi arrematada pelo excedente em óleo mínimo definido no edital.

No 2º trimestre de 2018, no dia 7 de junho, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) realizou a sessão pública de apresentação de ofertas da 4ª Rodada de Licitações de Partilha de Produção.

A Rodada teve por objeto a outorga de contratos de partilha para exercício das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural nos Blocos de Uirapururu, Dois Irmãos, Três Marias e Itaimbezinho. Foram arrematados os Blocos Uirapururu, Dois Irmãos e Três Marias. O ágio médio do percentual de excedente em óleo ofertado à União foi de 202,30%, o bônus de assinatura arrecadado foi de R\$ 3,15 bilhões e a previsão de investimentos foi da ordem de R\$ 738 milhões.

No 3º trimestre de 2018, no dia 28 de setembro, foi

realizada a 5ª Rodada de Partilha da Produção, a qual teve os quatro blocos oferecidos arrematados: Saturno, Titã, Pau-Brasil e Sudoeste de Tartaruga Verde. A rodada arrecadou R\$ 6,82 bilhões em bônus de assinatura e tem previsto R\$ 1 bilhão em investimentos na fase de exploração. O ágio do excedente em óleo ofertado foi de 170,58%.

Destaca-se que nas licitações sob o regime de partilha, as empresas vencedoras são as que oferecem ao estado brasileiro, a partir de um percentual

mínimo fixado no edital, a maior parcela de petróleo e gás natural produzido. Ou seja, a maior parcela de excedente em óleo. Os bônus de assinatura, também determinados no edital, são fixos.

O sucesso das Rodadas reflete as mudanças regulatórias realizadas pelo Governo, que tornaram o ambiente de negócios mais atraente a empresas

de diferentes portes – além da própria atratividade das áreas, uma vez que o Pré-Sal brasileiro possui um dos maiores potenciais de reservas a serem desenvolvidas no planeta.

Como consequência dessa retomada, cabe registrar que o Fundo Social – FS, criado pela Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, com o propósito de constituir fonte de recursos para

o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento, já contabilizou, com parcelas de bônus de assinatura, de royalties e de comercialização de petróleo e gás natural da União, depósitos no valor de R\$ 32 bilhões, sendo 73%, ou seja, R\$ 23,4 bilhões, no período de 2016 a outubro de 2018.

^[1]O Programa Exploratório Mínimo (PEM) corresponde a um conjunto de atividades exploratórias que deve ser executado pelo concessionário ou contratado durante a fase de exploração. É obrigação do concessionário ou contratado fornecer à ANP garantia financeira que assegure o cumprimento do PEM assumido. A fase de exploração é dividida em períodos exploratórios e varia em duração, a depender das características das bacias a serem exploradas, de três a oito anos, podendo ser prorrogada em situações preestabelecidas no contrato.



3. AEROPORTOS

No setor aeroportuário, a nova modelagem dos projetos resultou na entrada de importantes operadores mundiais no Brasil. Em 16 de março de 2017, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) promoveu o leilão dos aeroportos de Porto Alegre/RS, Salvador/BA, Florianópolis/SC e Fortaleza/CE. Eles foram arrematados pelo valor total

de R\$ 3,72 bilhões, com ágio de 93,8% em relação à oferta mínima prevista, de R\$ 754 milhões.

O vencedor do Aeroporto de Porto Alegre foi a Fraport AG Frankfurt Airport Services, da Alemanha, que apresentou oferta final de R\$ 382 milhões, montante 852% superior ao valor mínimo de outor-

ga. Os investimentos previstos são de R\$ 1,9 bilhão, com geração de 1.500 empregos diretos e de 3.000 empregos indiretos. Essa operadora também arrematou o de Fortaleza por R\$ 1,505 bilhão – valor 18% maior que a outorga inicialmente prevista.

Já o Aeroporto de Salvador foi arrematado pela Vinci

Airports, operadora francesa, por R\$ 1,59 bilhão, com ágio de 113%. Por fim, o vencedor do Aeroporto de Florianópolis foi a operadora suíça Zurich International Airport AG, que apresentou oferta final de R\$ 241 milhões (montante 58% superior ao valor mínimo de outorga).

As quatro propostas vencedoras, somadas, representam a maior contribuição fixa ao sistema aeroportuário. Ademais, a concessão desses quatro aeroportos resultará na gestão privada de terminais que representam 12% do total de

passageiros processados nos aeroportos do País.

Os investimentos previstos para os quatro aeroportos são da ordem de R\$ 6,613 bilhões, que vão ampliar terminais de passageiros (exceto o de Florianópolis, que terá um novo terminal) e pátios das aeronaves e das pistas de pouso e decolagem. Também está previsto o aumento do número de pontes de embarque e de estacionamentos de veículo.

O sucesso desse leilão refletirá as mudanças regulatórias implementadas pelo Governo Federal, que



garantiram a sustentabilidade dos projetos a partir do novo critério de pagamento: 25% da outorga mais o ágio à vista. Além disso, afastou a obrigatoriedade de associação com a Infraero. Os outros 75% restantes serão pagos anualmente durante o prazo da concessão, tendo uma carência de cinco anos e outorga crescente até o décimo ano.

Outros aeroportos também fazem parte do PPI e serão leiloados na 5ª Rodada de Concessões referente aos Blocos das regiões Nordeste, Sudeste e

Centro-Oeste. No dia 23 de julho de 2018, foram protocolados no Tribunal de Contas da União (TCU) os documentos relativos aos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEAs) referentes aos três blocos (já ajustados a partir das contribuições recebidas em consulta pública). A etapa que se inicia com o protocolo no TCU tem por objetivo a aprovação dos EVTEAs junto ao órgão, fase essa que antecede os preparativos para o lançamento do edital. O período de consulta pública foi encerrado no dia 13 de julho de 2018.



4. ENERGIA

No setor de energia, em 2017, foram realizados no âmbito do PPI os maiores leilões de linhas de transmissão da história. Os investimentos garantirão segurança energética ao prever, por exemplo, 12 mil km de novas linhas e economia para o consumidor da ordem de R\$ 40 bilhões obtidos nos deságios.

Entre os projetos concluídos, vale destacar o leilão de 35 Lotes (distribuídos

em 19 estados) ofertados no dia 24 de abril de 2017. Desses, 31 foram arrematados, o que representou investimentos de R\$ 12,7 bilhões. O prazo das obras varia de 36 a 60 meses a partir da assinatura dos contratos, ocorrida em 11 de agosto de 2017, com geração de cerca de 28 mil empregos diretos.

O leilão apresentou deságio médio de 36,47% ao preço inicial ofertado.

Isso significa que a receita dos empreendedores ficará menor que o previsto inicialmente, contribuindo para modicidade tarifária. O resultado do certame representa uma economia, em 30 anos, de R\$ 24,2 bilhões para os consumidores.

Outro resultado importante foi a realização do segundo leilão de linhas de transmissão no âmbito do PPI, no dia 15 de dezembro

de 2017. Foram ofertados 11 Lotes que passam por 10 estados. O deságio médio foi de 40,5% e os investimentos serão de R\$ 8,75 bilhões, gerando cerca de 20 mil empregos diretos. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estima uma economia de R\$ 15,5 bilhões na conta de luz ao longo dos próximos 30 anos.

Os principais lotes desse leilão, que vão exigir maior volume de aportes por parte dos concessionários, foram arrematados por empresas estrangeiras. O maior deles foi vencido pela companhia indiana Sterlite Power Grid. A Neoenergia, con-

trolada pela espanhola Iberdrola, levou dois dos 11 Lotes oferecidos.

Já em 2018, o leilão de 20 Lotes, realizado no dia 28 de junho, agitou o mercado e todos foram arrematados. Eles estão distribuídos em 16 estados: SC, RJ, CE, RN, PB, BA, SE, AL, SP, TO, GO, RS, PA, PI, MA e MG. Os prazos de execução das obras variam de 36 a 60 meses.

No setor de geração de energia, o leilão ocorrido no dia 27 de setembro de 2017 ofertou quatro usinas hidrelétricas: São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande. A Usina de São Simão está entre os municípios de Santa Vitó-

ria/MG e São Simão/GO e foi arrematada pela chinesa State Power Investment Corporation por R\$ 7,180 bilhões, com um ágio de 6,51%.

Já a Usina de Jaguará, situada na divisa entre Minas Gerais e São Paulo, foi arrematada pela francesa Engie, maior geradora privada do Brasil, por R\$ 2,171 bilhões e ágio de 13,59%. Essa mesma empresa também arrematou a Usina de Miranda, localizada no município de Indianópolis/MG, por R\$ 1,360 bilhão e ágio de 22,43%.

Por fim, a Usina de Volta Grande, localizada na divisa entre Minas Gerais e São Paulo, foi concedida

para a companhia italiana Enel pelo valor de R\$ 1,42 bilhão e ágio de 9,85%.

No setor de distribuição, as companhias de energia elétrica Amazonas Distribuidora de Energia S/A, Boa Vista Energia S/A, Companhia de Eletricidade do Acre (ELETROACRE), Companhia de Energia do Piauí (CEPISA), Companhia Energética de Alagoas (CEAL) e Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON) são responsáveis pelo atendimento de aproximadamente quatro milhões de consumidores em mais de 470 municípios. Essas distribuidoras pertencem ao grupo Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras

e foram qualificadas PPI por meio do Decreto nº 8.893, de 1º de novembro de 2016.

O primeiro leilão foi o da CEPISA, no dia 26 de setembro de 2018. A vencedora foi a empresa Equatorial Energia, que ofertou Índice Combinado de Deságio na Flexibilização Tarifária e Outorga de R\$ 119,00 – o que significa que a licitante abdicou de 100% de reajuste tarifário e pagará aproximadamente R\$ 95 milhões como outorga à União. Assim, ocorrerá a redução de 8,5% na conta de energia dos consumidores do estado do Piauí em 45 dias após a assinatura do contrato.

A Boa Vista Energia foi leiloadada no dia 30 de agosto de 2018 e o vencedor, o Consórcio Oliveira Energia, ofertou o Índice Combinado de Deságio na Flexibilização Tarifária e Outorga em 0%, o que significa que não houve renúncia do reajuste tarifário. A ELETROACRE e a CERON, com leilão também no dia 30, tiveram como vencedora a mesma empresa. Com uma oferta de Índice Combinado de Deságio na Flexibilização Tarifária e Outorga de 31% e 21%, respectivamente. A proposta resultará em descontos na conta de energia nos respectivos estados em 3,27% e 1,75%.

5. PPP COMAER

O Comando da Aeronáutica (COMAER) está em busca de um parceiro privado para gerenciar sua rede integrada de comunicações, por meio de uma Parceria Público-Privada (PPP). O projeto foi qualificado no Programa por meio da 3ª Reunião do Conselho do PPI, em 23 de agosto de 2017. O leilão está previsto ainda para 2018.

A parceria representa um aumento da eficiência e da eficácia da gestão dessa rede, proporcionando um melhor acompanhamento das evoluções tecnológicas do setor. Esse modelo é adotado, com sucesso, pelos principais órgãos de controle de tráfego aéreo do mundo. Todo o trabalho será supervisionado e fiscalizado por militares do COMAER, em centros de gerenciamento da rede e da segurança da informação – que deverão ser estabelecidos pelo parceiro privado.

Segundo a proposta do COMAER, caberá ao parceiro privado a elaboração do projeto, instalação, operação, gestão e manutenção da rede de telecomunicações por um prazo de 25 anos. Atualmente, existem 68 contratos de transmissão de dados pulverizados geograficamente e gerenciados por diversas organizações militares da Aeronáutica. Com a parceria, esses serviços serão prestados por um único parceiro privado, o que, além de agilizar a atualização tecnológica, irá possibilitar a economia de recursos públicos para o custeio das despesas.

Um dos objetivos principais do estabelecimento dessa parceria é a redução dos custos e a agilização de contratos. É uma quebra de paradigma e uma mudança radical da gestão da rede.



Data base julho/2018 A ser utilizado quando da entrega das propostas

Valor do Contrato: R\$ 4,90 bilhões (ao longo dos 25 anos)

Contraprestação Anual Pública Máxima: R\$ 196,16 milhões

Critério do Leilão: Menor contraprestação pública mensal, estimada em R\$ 16,35 milhões mensais

Prazo de vigência: 25 anos, com possibilidade de prorrogação por mais 10 anos

Investimentos (CAPEX): R\$ 1,36 bilhão (ao longo dos 25 anos)

OPEX: R\$ 2,17 bilhões (ao longo dos 25 anos)



Cap.5



OS BASTIDORES DO PPI

Dezenas de pessoas trabalharam para que o PPI deixasse de ser um projeto e se tornasse uma política. Da ideia à prática, foi preciso testar, criar, prever, insistir, negociar. A seguir, você vai conhecer os bastidores deste projeto pelo olhar de quem ajudou a desenhá-lo, seja do ponto de vista político, de governança, jurídico, econômico. Uma viagem no tempo de um projeto audacioso que mudou a história do Brasil.



Entrevista

JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA

Ex-Ministro da Secretaria Geral
da Presidência da República

Ex-Vice-Presidente da
Caixa Econômica Federal

Por favor, descreva o processo de construção e os marcos legais que orientaram o PPI.

Joaquim Lima de Oliveira – Tudo começa com a perspectiva do impeachment da então presidenta e a abordagem pelo Ministro Moreira Franco para ajudar na questão da infraestrutura brasileira, em um momento em que o País enfrentava uma crise profunda, com 14 milhões de pessoas desempregadas, a

Selic de 14,25% e uma taxa de desemprego muito elevada. Para o Ministro, a infraestrutura seria uma alavanca importante da economia para trazer o investimento internacional e, principalmente, para a geração de emprego para enfrentar o grande déficit que vivíamos naquele momento. À época, eu era Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal. Trabalhei lá de abril até dezembro de 2016, montando a estrutura, fazendo dupla

jornada. Em dezembro de 2016, fui em definitivo para a Presidência da República. O desafio era criar uma estrutura, já que os ministérios fins já tinham esse papel. Havia o Ministério de Minas e Energia, que cuidava de toda a infraestrutura do setor, como poço de petróleo, energia, distribuidoras. O Ministério dos Transportes, que cuidava das rodovias, ferrovias, portos. Da mesma forma, o Ministério da Integração Nacional. Então,

que estrutura seria essa que seria criada em um momento de continuidade de governo que pudesse fazer diferença? Inicialmente, cogitou-se criar um superministério para concentrar tudo. Então, depois de se pensar muito, chegou-se à conclusão, por inspiração do Ministro Moreira Franco – espelhando o modelo do Presidente Juscelino Kubitschek, que criou grupos de trabalho, verticalização da indústria automobilística, da siderurgia – de que era melhor fazer uma estrutura enxuta onde houvesse um grupo de especialistas que pudesse cuidar da infraestrutura e as atividades fossem continuadas sendo exercidas pelos ministros. Mas que essa estrutura pudesse fazer a diferença no sentido de dar agilidade, de trazer um novo arcabouço legal para o setor de infraestrutura, no sentido de restaurar credibilidade do mercado internacional para investir no Brasil e principalmente de fazer as estruturas funcionarem. Por que isso? Porque era claro no diagnóstico que fizemos que o poder decisório tinha sido afetado. Até porque no Governo anterior ao impeachment era tudo muito centralizado. Então, de certa forma, tinha sido infantilizada a figura do

ministro, porque ele não era dono da pasta, tudo tinha que ser levado ao Palácio do Planalto. De outro lado, as agências reguladoras e todo o setor de infraestrutura estavam renegados e ninguém os valorizava. As pessoas tinham se acomodado a não tomar decisão. Esse foi um grande fator dificultador que enfrentamos no início do processo, pois dizíamos assim, por exemplo: “ANTT, você é a autoridade máxima no setor de transporte terrestre. Então, você tem que soltar uma norma diferente para fazer a nova regulação”. E a ANTT dizia: “Só faço isso se tiver uma medida provisória dizendo como, onde e quem”. Ou seja, estava todo mundo enrijecido, com medo. Ainda havia o clima da Lava Jato, quando todo mundo era suspeito de tudo; os gestores públicos se encolheram e tinham medo de tomar decisões muito grandes.

A ideia era montar um time pequeno e este time tinha que ter uma governança forte. A questão era: como vou chegar no Ministério e dizer: “Fulano, faz isso”. Por que ele haveria de fazer? Não éramos um Ministério; éramos uma Secretaria. O que fez diferença? O titular era alguém que vinha

empoderado. Este foi o vetor determinante. O que viabilizou a estrutura foi exatamente ser o início de um governo e o fato de estar à frente desta Secretaria um Ministro muito próximo ao Presidente. A voz do Ministro Moreira Franco para chamar uma reunião era uma obediência total: as pessoas vinham.

Então, foi criado um colegiado, o Conselho do PPI, para fazer essa governança. Para ter o empoderamento necessário, esse Conselho foi articulado e configurado de forma a viabilizar a tomada de decisões, com o Presidente à cabeceira da mesa e os principais ministros relacionados a infraestrutura ou meio ambiente – licença ambiental era um grande gargalo, como é até hoje. Evoluímos, mas muito pouco.

Nessa configuração, tínhamos o Ministro dos Transportes, de Minas e Energia, Integração Nacional e Casa Civil, e os presidentes dos principais bancos, para ter fundos (Caixa, BNDES e Banco do Brasil). As Agências não faziam parte. Criamos uma ferramenta importante, a primeira medida provisória que garantia que os projetos listados no PPI teriam prioridade nacional. Significava dizer

que todo gestor de qualquer pasta tinha a obrigatoriedade de priorizar aquele projeto; não poderia deixar de fazer outras coisas, mas tinha que dar conta de que aquele projeto que tinha colocado no PPI tivesse consequência. Esse recurso tinha a intenção de mostrar ao investidor internacional a infraestrutura como uma prioridade nas ações programáticas do Governo. Esse era um ponto bastante relevante.

Para que esse colegiado funcionasse, tínhamos que apresentar ativos, que eram companhias ou concessões de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, redes de transmissão de energia, perfuração de poço de petróleo... Estudávamos esses ativos, verificávamos se estava maduro, se as informações tinham a rigidez necessária para que fosse considerado como “este é um projeto que quero vender”. A partir disso, levávamos a matéria ao colegiado, fazíamos uma exposição com todo o arcabouço legal da matéria, informando que o projeto estava pronto, a concessão era estudada, era feita uma avaliação do ativo, as agências de renome internacional o estudavam e precificavam, o Governo fazia uma propos-

ta, levava ao Conselho e este, então, batia o martelo. Isso significava o que? “Mercado, vou vender quatro aeroportos”, por exemplo, aqueles quatro que foram vendidos. A partir daí, o PPI trabalhava full time junto com a agência reguladora, ANAC, Ministério dos Transportes, qualificando as informações, levando ao TCU, pós-selo de PPI. Então, veio a outra fase: a precificação, o custo de capital envolvido, o montante daquele ativo e um cronograma de estimativa de quando se teria a data da audiência pública, o edital, a data do leilão e a data de assinatura do contrato. Havia uma premissa fundamental no PPI: temos que ter previsibilidade, pois este era um dos gaps da infraestrutura brasileira. O Governo brasileiro não tinha previsibilidade com o conceito de transparência e com o conceito de cumprimento de contrato. Essa tríade era que sustentava a modelagem nova com o objetivo de trazer o investidor internacional, trazer a credibilidade para o Brasil em um momento de crise. As pessoas tinham que ver que o projeto era bom, que tinha previsibilidade, saber quando as coisas iriam acontecer; e a maior briga

era o cumprimento de prazos. Estressamos muito isso porque não tínhamos o processo operativo. Éramos poucos: 25 pessoas para cuidar de toda a infraestrutura do Brasil e nosso papel era viabilizar. Se para isso precisava de uma medida provisória, fazíamos a medida provisória. O Ministro Moreira Franco tinha acesso ilimitado ao Presidente, batia o martelo, fazia as articulações políticas e enviava as medidas provisórias para a Câmara e para o Senado.

Então, os Ministérios começaram a perceber a importância do PPI para acabar com os gargalos que eles próprios não conseguiam quebrar no dia a dia, pois havia patrocínio político, havia poder. E a resistência diminuiu, desapareceu e surgiu uma convergência de interesses. A pauta começou a diversificar no seguinte aspecto: “Eu tenho esse problema aqui, pode sair um decreto?”. E nós trabalhávamos o decreto, o presidente assinava e o problema era resolvido. “Olha, isso aqui não se resolve por decreto, só se resolve através de uma lei. Então, tem que ser uma medida provisória”. Mas não se tem ideia do quanto custa uma medida

provisória para um governo. O desgaste com o Congresso, conseguir apoio, defender o tema... A MP tem um ônus pesado. E, no início do Governo, soltamos várias medidas provisórias – e isto encheu os olhos dos ministros, que também eram novos e viram nisso uma excelente oportunidade de desaguar os projetos de suas pastas. Então, em um prazo exíguo, tínhamos colocado 175 ativos. E isso fez com que houvesse uma adesão e uma aderência ao modelo.

Articulamos e vendemos credibilidade. Fizemos seminários com Confederação Nacional da Indústria, Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base, todos os representantes de classe vendendo a nova estrutura, garantindo que iríamos rever todo o arcabouço jurídico. A resolução número 1 do PPI trouxe um decálogo novo de novas premissas. Por exemplo, ouvíamos muitas críticas ao prazo de 45 dias entre o edital e o leilão para que os investidores fizessem um projeto para um poço de petróleo. Reclamavam que eram necessários pelo menos cem dias para estudar um projeto deste tamanho. Criamos, então, essa norma:

no mínimo cem dias entre o edital e o leilão. Muitos investidores não vinham porque o tempo era curto. Ninguém quer jogar dinheiro fora.

Outro problema. Como queríamos vender para o mundo inteiro e publicávamos o edital apenas em português? Então, passamos a publicar em inglês e em espanhol também. Fizemos essa primeira norma, que é histórica, porque sobre esse diagnóstico fomos criando outras normas para servirem de antíteses, as vacinas contra aquilo. Nesta norma número 1 havia um gestor responsável pelo projeto, que cuidava só daquilo, para correr atrás, saber o andamento, fazer o link com o PPI. Tínhamos a ponte de controle toda semana, chamando um a um os ministérios, as agências, e foi quando tivemos muitas dificuldades, pois elas diziam que não tomariam decisão. “Isso não precisa de uma norma, é papel seu, está na sua função”, “Não vou soltar se não tiver uma portaria do Ministério”, “Sem um decreto do Presidente eu não faço” – foram alguns exemplos do que enfrentamos.

Mais do que uma mudança legal o que vocês estavam propondo era

uma nova forma de ver as coisas, certo?

Sim. Primeiro, porque no Governo anterior tudo era centralizado e não se tomavam decisões. Segundo, o medo, por causa da Lava Jato, e isto foi um ponto muito difícil de romper. Com esse cenário, tínhamos que criar um arcabouço legal de tal forma que o investidor acreditasse nesta mudança por meio de atitudes e compromissos. Era difícil construir tudo isso. E ainda tínhamos o rescaldo do caso do aeroporto falido e da concessão devolvida. Era preciso tirar de imediato a obrigação da Infraero de participar com 49% de todo o aeroporto, não fazia sentido. O Governo sem dinheiro e com a emenda do limite de gastos, como faria investimentos em infraestrutura com 49% de uma empresa totalmente dependente? Então, quando chegamos no mercado, eles pensaram: “Bem, vieram para valer; já tiraram a Infraero do jogo”. Outra questão era a Repetro, que estava vencendo em 2021. Como investir se estava mudando o regime tributário de petróleo? Tivemos que ir lá e dizer que a Petrobras não era obrigada a entrar em tudo isso, alterar o marco regulatório e conversar com o Congresso.

Vencer essas resistências, mudar a mentalidade. Como foi esse processo de negociação?

Todas as pastas tinham um ministro novo, era o Governo pós-impeachment e estavam na agenda do Presidente; isto é relevante. Falar de desoneração para uma pessoa da Receita Federal é puxar briga porque este é DNA dela. Mas, quando tem articulação e mostramos a necessidade de renovar para mais um tempo, para que ele tenha a certeza de que já está dada a regra do jogo e assim ele invista, encontramos resistência, mas há uma lógica por trás daquela ação. Deixamos claro que era preciso mudar a regra para que o todo de alguma forma seja um todo novo. Então, não adiantava montar um cronograma de poço de petróleo do Pré-Sal com todo o sucesso que foi, com todas as empresas do mundo participando, se não resolvêssemos o problema do tributo. Não adiantava avançar nessa pauta se não resolvêssemos esse gargalo. Naquele momento tudo convergiu, mesmo com as dificuldades, e superou em nome de uma proposta maior do Estado

de tirar os gargalos para o todo fluir. Como aconteceu com a Repetro, no caso das sondas, que tinham conteúdo e política nacional muito grandes. Trabalhamos para equalizar o nível de conteúdo adequado compatível com o mercado internacional porque aqui era mais caro e inviabilizava os projetos. Então, sentamos, discutimos e equilibramos tudo isso para não perder o foco daquele objetivo.

Os senhores não enfrentaram imposições ou pedidos políticos para compor?

Devido à natureza técnica do PPI, quando explicávamos o porquê do não, os parlamentares entendiam pois apresentávamos argumentos. Tivemos muito mais dificuldade dentro do Governo do que fora. Tivemos dificuldades com o Ibama porque é um órgão muito ideológico. Na época, cunhamos algumas questões que, via de regra, o Ministro também dizia: “Assim como a Idade da Pedra passou sem que a pedra deixasse de existir, a Idade do Petróleo vai passar sem o petróleo deixar de existir”. Essa riqueza que o Brasil tem em seu subsolo vai ficar aí e não vai gerar nenhuma riqueza para a

pobreza danada que temos no País. Onde está o ponto de equilíbrio de uma licença ambiental que eu possa exigir? Quando não emito a licença ou exijo uma contrapartida – que é maior do que o projeto –, estou inviabilizando a exploração da riqueza que o Brasil descobriu. Tínhamos muito esse embate.

No Congresso, os parlamentares traziam os pleitos, mas a equipe técnica tinha muito conhecimento e argumentava com riqueza de detalhes. Uma das premissas dentro do PPI era: uma ferrovia sempre fala com um porto. Como uma ferrovia não leva nada a lugar nenhum? Onde está o agonegocio, o minério brasileiro? Como vou transportar isso? Tem que chegar a um porto. Então, mostrávamos aos parlamentares que tecnicamente não havia razoabilidade naquele pleito. Essa era nossa alavanca. Explicávamos tudo aos parlamentares: “Isto aqui está parado há tantos anos; este aqui não leva a lugar algum; este trecho aqui não vai dar certo”.

Lembro-me do pedido de ferrovia para o Estado do Pará. O governador queria que fizéssemos a qualquer custo. Explicamos que, se esse pleito fosse atendido, não levaria a

nada porque não tem carga, não tem demanda naquele lugar. O dinheiro poderia resolver o anel ferroviário do Porto de Santos, que é um gargalo, e precisava ser resolvido. E uma coisa temos que tirar o chapéu. O Ministro Moreira Franco nunca induziu a atender. Ele sempre ia pelo lado racional, ouvia a equipe técnica e bancava.

Como foi o processo de convencimento com TCU e CADE?

O processo com o TCU foi uma aproximação que o próprio Ministro Moreira Franco fez institucionalmente. Ele fez visitas aos ministros explicando o que era o PPI, a importância da retomada dos investimentos na área de infraestrutura pela questão econômica e geração de emprego, pela credibilidade do País e para trazer investimento internos. Com isso, houve um acolhimento muito grande por parte dos ministros do TCU. Com a chegada do Adalberto (Santos de Vasconcelos), a aproximação se consolidou e entendemos os porquês de o TCU ter algumas teses e alguns pontos. Começamos a pensar em como fazer para convergir com determinada posição do TCU de maneira que o processo fluísse e não

parasse. Fizemos reuniões técnicas com as secretarias de infraestrutura, de energia e de petróleo, discutindo os projetos, entendendo os pontos do TCU e, assim, já íamos qualificando o edital desde as audiências públicas. Assim, lá na frente, as premissas eram equalizadas e equacionadas, de maneira que não tivesse um disparate entre a proposta e a posição do TCU. Então, foi determinante, por exemplo, o conhecimento do Tarcsio (Freitas), que é militar, direto, duro, não alivia perante tribunal, deputado, senador, TCU, CADE, Ibama. Tivemos brigas enormes, mas ele batia pesado tecnicamente.

Esse processo construtivo teve muito ganho. O papel do Ministro Moreira Franco era proeminente. Primeiro, pela abordagem do Ministro de abrir as portas e ser um governo novo. E ele, Moreira Franco, foi lá e fez uma via crucis com todos os ministros das pastas. Isso foi determinante. “Estou aqui abrindo as portas do Governo, mas estou aqui pedindo ajuda. Nós precisamos construir, essa pauta é relevante, é importante”, ele repetia.

A vinda do Adalberto, que consolidou e abriu as portas técnicas, das equipes técni-

cas, também foi fundamental. Então, quando se pega uma audiência no TCU, explica-se o porquê da situação, eles apresentam o que acham, você volta para casa, faz outra rodada com todo mundo, faz uma aproximação daquilo que eles pretendem, vis a vis um negócio, um interesse de um investidor, e vai por aproximação até chegar em um ponto. É a mesa do diálogo.

Chegamos ao grande ponto – se conseguirmos viabilizar nas ferrovias – que foi não levar para o Tesouro dinheiro de renovação antecipada das concessões. Isso era uma bandeira porque o setor ferroviário brasileiro foi dilapidado por muito tempo e agora o dinheiro das outorgas e dos bônus vai para o caixa do Tesouro. Nesse caso, demos uma destinação de tal forma que possa ser reinvestido no próprio setor ferroviário. Isso foi uma mudança de paradigma muito forte por viés tributarista e orçamentário que temos no Ministério da Fazenda. Não foi fácil. Esse foi um ponto nobre do PPI. Agora, vamos ligar efetivamente uma ferrovia a um porto, faremos esse ramal e traremos carga. E fizemos sem dinheiro público. Como assim? “Vamos renovar sua

concessão por mais 30 anos e, em contrapartida, vai ter investimentos nisso e nisso”. E com o “de acordo” do TCU, porque temos que fazer aquela conta: o que é melhor para o Estado? É receber o dinheiro da concessão ou é investir nesse aspecto? Não pode ter agenda oculta. E a característica da PPI é a agenda transparente.

O Ministro Moreira Franco usou a mesma estratégia em relação ao CADE. Ouvia, trabalhou e fez um documento mostrando o que o CADE queria mudar. Pegamos as sugestões, levamos para o PPI e transformamos em regras para o setor de infraestrutura brasileira. Essas ações trouxeram uma aproximação com o CADE, favorecendo o diálogo e o entendimento. Por exemplo, o relacionamento com as agências, como a Agência Nacional de Aviação Civil, que se encantou com o PPI. Traziam sugestões para criar um ambiente adequado para investimentos. Ninguém ouvia falar da Secretaria de Portos. Fizemos as concessões de portos, uma série de propostas para um setor que estava recessivo. Qual era o grande ponto do PPI? Não somos donos de nada, mas temos que trazer credibilidade. Esse era o nos-

so desafio: a transparência, a previsibilidade e o cumprimento de contrato.

O PPI não é um projeto de governo; foi pensado como um projeto de Estado. De que forma o PPI pavimenta uma nova forma de se encarar a questão de infraestrutura, concessões e privatizações?

Infraestrutura, por ser investimento de longo prazo, tem duas questões que são vitais. Primeiro, credibilidade. Se não estiver garantido que o contrato será mantido, basta romper um e perdemos a credibilidade. Entender que os contratos são atos perfeitos jurídicos e que eles têm que ser honrados porque é uma proposta de Estado – e não de governo – é vital para a infraestrutura. O PPI conseguiu refazer essa agenda. Esse é o grande legado. A credibilidade, a previsibilidade e a transparência desse processo. Esta é a tríade que definimos quando começamos a montar o PPI, garantindo a segurança do trabalho que está sendo feito. E o que vai trazer o investidor não é dizer que vai fazer. É fazer.

Quando vamos para os seminários, é notório o reconhecimento da mudança

desse ambiente pós-PPI. É um reconhecimento, e a prova maior de credibilidade é que o investidor voltou. As grandes empresas do setor estão presentes no Brasil. E isso porque não fomos satisfatórios no item meio ambiente.

O meio ambiente é historicamente um grande gargalo, um nó, em alguns momentos até impeditivo. Onde é possível e necessário avançar mais?

Nos prazos. Projeto tem que ter compromisso. Como um empresário vai fazer um investimento se não tem nem a licença de instalação de obras, se não tem a licença de operação? E os prazos têm um preço muito alto. A Total, uma das maiores empresas de exploração de petróleo do mundo, ganhou, em 2012, um leilão de área do Pré-Sal no Amazonas. Eles contrataram uma plataforma na Ásia, que tinha as características de que precisavam, e ficaram pagando mensalmente até que saísse a licença para iniciar a exploração. Neste período, o México descobriu uma área no lado mexicano do Pré-Sal, normatizou e vendeu. Essa mesma plataforma era adequada para explorar a área no México. O representante

da Total veio ao PPI desesperado, dizendo que iria perder o equipamento porque estava há cinco anos pagando o aluguel da plataforma à espera da licença. Ele disse que, se a licença não saísse até o dia tal, a plataforma iria para o México. E foi.

Como avançar na questão dos prazos do meio ambiente?

São pessoas muito ideológicas. Acho que temos que preservar o meio ambiente, mas é preciso ter razoabilidade. Fomos entender o dilema. Na área de licença, sabe quantas pessoas o Ibama tinha? Três. Impossível. Então, envolvemos o Ministério do Planejamento para colocar pessoas técnicas no Ibama. Chamamos um representante do setor de óleo e gás, empresas que vinham todos os dias reclamar do prazo, e perguntamos: “Por que vocês não ajudam também? Só sabem reclamar? O Estado não tem dinheiro. Por que vocês não criam um fundo e investem em qualificação das pessoas? Criem uma agenda positiva para o Ibama”. E saímos construindo esses recursos para ver se melhorava. Mandamos para lá umas 12 pessoas, que já trabalhavam em vários lugares fazendo

esse meio de campo, tentando qualificar o Ibama para produzir algo mais aceitável. Mas essa é uma agenda com a qual ainda não conseguimos sair de lá satisfeitos.

Que caminho deve ser perseguido para agilizar o licenciamento ambiental?

O primeiro é mudar o viés ideológico. Para mim, a ideologia é o mal de tudo porque se exacerba. Em algumas, a contrapartida é mais cara do que o projeto todo. É preciso ser mais técnico. Obviamente, os valores ambientais são valores e não preços. Valor se cultiva, preço se paga. Temos que deixar o mundo sustentável para a próxima geração. Mas não posso ir para o outro pêndulo e inviabilizar os negócios do País. Existe uma razoabilidade no meio termo, um ponto que as pessoas do outro lado entendem, e que empresas destruidoras do meio ambiente não conseguem vender seus produtos. Não é o Ibama que vai fazer isso. É o mercado. Hoje, há uma consciência ambiental muito forte e as empresas têm que investir muito nesse segmento. Mas parece que o Ibama é a chave e tem que segurar tudo, criando uma imagem extremamente ne-

gativa para o País e para o órgão. As pessoas são sérias e trabalham. Então, é preciso afastar a questão da ideologia. O órgão existe porque é necessária a relação mercado-capital com o ambiental. Acho importante, sim. E o órgão tem que ter as suas premissas. Agora, é muito diferente se eu disser que nada pode acontecer em lugar nenhum, porque colado ali na Amazônia a gente não explorou todo o petróleo e não está nem preocupado. E, sendo radical, inviabilizo totalmente o negócio. Este é o ponto.

Quais as contribuições que o PPI deixa para os próximos governos?

Primeiro, uma experiência de sucesso. Porque vender ativo não é algo simples. Em dois anos, ofertar uma carteira de 200 projetos e vender 100%, 50% é extremamente relevante. Não seria possível sem uma equipe de alta excelência e sem a credibilidade do mercado de que as regras mudaram. Então, quem assumir o Governo não pode abandonar uma agenda como essa. É disso que o País precisa. O grande gargalo do Brasil é a infraestrutura. Quanto custa uma tonelada de soja que perdemos por causa da infraestrutura para levar até o

porto? Quanto é o custo disso para o País? A infraestrutura é tudo, é a malha brasileira. Como posso pensar num país de dimensão continental se a minha malha está destinada a ser só por intermédio de rodovia e por caminhão? Enquanto podemos ter investimento para fazer uma malha ferroviária de cargas que é muito mais barata e que traz um ganho muito grande. Por exemplo, as trades de Mato Grosso vão acabar fazendo a Ferrogrão. Com isso, vão ganhar dinheiro e ter estabilidade, porque vão economizar. Então, isso é preciso ser avaliado enquanto Estado para a educação, para a inovação, para a transformação social do País. Temos dimensão continental, com desigualdade e pobreza, e se não fizermos esse tipo de investimento em infraestrutura, como vamos gerar empregos? Precisamos agir nesses gargalos.

Qual a sua avaliação sobre a contribuição do Presidente Michel Temer e do Ministro Moreira Franco no PPI?

O Ministro Moreira Franco tem uma característica que admiro muito, que é de estadista. É um político experiente e tem uma acuidade com os

problemas sociais que vi em poucos líderes e políticos. Ele tem uma visão político-institucional e de sociedade muito diferenciada. O Ministro começou a conversar sobre isso comigo antes do impeachment. Ele já tinha uma clareza que o impeachment ia acontecer.

E começou a sugerir um programa nessa linha porque entendia que a infraestrutura era uma questão central. Infelizmente, por tudo o que aconteceu, no aspecto político nesse governo pós-impeachment, duas coisas que estavam no nosso escopo que não aconteceram: a Reforma da Previdência e o processo da Eletrobras.

No meu modo de ver, o legado do PPI tem o CPF do Moreira Franco pela visão estratégica que ele teve, o foco, a determinação, a capacidade de montar uma equipe extremamente focada no objetivo. Ele cunhou uma expressão que dizia: “aqui no PPI cada dia vale por dois porque não temos quatro anos de governo, temos dois anos de governo”. Isso foi um mantra que a equipe incorporou tecnicamente e foi um rolo compressor em cima dos ministérios, das agências reguladoras, um traba-

lho insano. Aquela equipe que está lá é de ouro.

A contribuição do Presidente Temer foi exatamente pelo patrocínio. Porque decidiu se sentar à cabeceira da mesa, reunir os ministros e dizer: isso aqui é minha pauta, é um projeto prioritário e tem que acontecer. Ele é uma pessoa educada, foi a todas as reuniões, ouviu os relatos um a um dos projetos, fez todos os pontos de controle que precisavam ser feitos. Ele mostrou que a agenda realmente era prioritária. Isso foi vital, principalmente para os ministros. O Presidente Temer convocava os ministros para a reunião do PPI e era agenda prioritária. O Moreira Franco era tipo um secretário-executivo do PPI, o Presidente abria a reunião e o Moreira passava a palavra para os ministros, e o ministro com a palavra era o proponente. Não era o PPI que era o proponente. Esse é um aspecto muito relevante. A gente botava a bola no pêndulo, mas quem batia era o ministro. “Não queremos a glória que é sua, a pasta é sua, o gol é seu, você que vai para a galera. Nós somos bastidor, nós vamos trabalhar aqui, arredondar a bola para você fazer o gol.”



TARCÍSIO GOMES DE FREITAS

Secretário de Coordenação
de Projetos do PPI

Que vantagens o PPI trouxe para os leilões, para a oferta de investimento de infraestrutura no Brasil? Como era antes, o que foi feito e como estamos agora?

Tarcísio Gomes de Freitas – O PPI trouxe algumas grandes vantagens. A primeira foi a governança, a clareza das regras do jogo, previsibilidade, clareza quanto a datas de publicação, realização dos leilões, intermediação com órgãos de controle. A segunda grande vantagem é a estruturação dos projetos, traduzindo a necessidade de serviço do usuário. Isso era perfeitamente transformado num fluxo de caixa, onde a percepção de risco do possível player era contemplada. Com o PPI, passamos a ter projetos que são sustentáveis financeiramente, atra-

tivos e respondem àquela demanda por retorno que o investidor tem. Conseguimos conciliar a necessidade de prestação de serviço para o usuário com o retorno que o investidor almeja.

Um dos pontos que se destacam no PPI é a governança. Na sua opinião, o que esse modelo trouxe em termos de atratividade e o quanto avançou em relação ao formato anterior?

A governança é fundamental. Sem governança não se consegue atrair o investidor privado principalmente porque estamos imersos em um ambiente de competição global. Se não formos muito competentes, não conseguiremos trazer o investidor. Primeiro, avançamos muito no que diz respeito à toma-

da de decisão. Ganhamos velocidade. As decisões passaram a ser tomadas num Conselho Superior presidido pelo Presidente da República. O conselho tem status político rigoroso. Em segundo lugar, o investidor percebeu que o mercado está aberto. Estabelecemos regras que permitem a competição entre players. Todos os investidores são bem-vindos. Várias regras foram estabelecidas para que a participação dos investidores fosse permitida e houvesse uma clareza maior. Adotamos uma maior distância entre o edital e o leilão para permitir estudos, publicação das peças, endereçamento das questões de licenciamento ambiental. Estes foram fatores que contribuíram para que o investidor tenha segurança de aprovar seus

planejamentos e conseguir autorizações das matrizes para fazer seus investimentos. Mais do que isso: o PPI atuou para dirimir conflitos entre agências e ministérios. A Secretaria foi um grande mediador de eventuais diferenças que havia entre esses atores para conduzir a política no trilho determinado pelo Presidente da República.

O licenciamento ambiental é um ponto sensível em qualquer empreendimento. Onde e como o PPI avançou nesta questão?

Primeiro, em termos de concepção. Na lei que criou o PPI, existe uma servidão para os órgãos de meio ambiente. O esforço de meio ambiente tem que se integrar ao esforço de viabilização dos projetos qualificados como prioritários. Segundo, a presença do próprio Ministro de Meio Ambiente nas reuniões do Conselho, que é uma sinalização de que aquele projeto é viável do ponto de vista ambiental. Quando o projeto é submetido ao Conselho, imediatamente se analisa se é muito agressivo e se a resiliência do meio ambiente suporta o investi-

mento que está sendo feito. Quando aprovado, há uma sinalização clara de que esse empreendimento será licenciado. O PPI mediou várias negociações com o MMA, no sentido de garantir o licenciamento para os empreendimentos que ingressaram no programa.

O meio ambiente não é mais um impeditivo?

Não, porque a viabilidade ambiental é posta na largada.

Na governança, a qualidade do serviço foi levada para o centro da conversa. Como a qualidade do serviço ganha um novo status?

O foco da atuação passou a ser o serviço prestado ao usuário. Os indicadores de desempenho e os momentos em que os investimentos serão feitos para que o nível de serviço seja atingido estão muito claros nos contratos, bem como as sanções no caso de descumprimento destas cláusulas. Algumas medidas são até inovadoras no Brasil, como, por exemplo, a certificação acreditada de projetos. Ou seja, eu tenho um certificador acreditado por um órgão de metrologia que ates-

ta a qualidade do projeto e a qualidade de cada etapa que vai sendo empreendida. Isso garante a segurança para o regulador e também para o financiador. Então, os contratos estão sendo muito mais bem desenhados no que diz respeito à prestação de serviço.

Uma das críticas que se ouve é que o PPI foi tímido. Qual sua análise dos resultados? O PPI é um sucesso ou não?

Não tenho dúvida de que é um sucesso. Afirmo isso inequivocamente, com a experiência de quem já passou por outros governos e vivenciou outros programas de infraestrutura. Ele não é tímido. Na verdade, deixamos de fazer aqueles programas powerpoint. Colocou-se no papel aquilo que era possível fazer e que estava maduro para se fazer. Foram qualificados 190 projetos; não 550, não mil, não cinco mil. Foram 190 projetos, dos quais 140 serão leiloados até o fim de 2018. Os outros estão muito avançados e bem endereçados para que o próximo governo possa dar continuidade a eles. São 105 leilões feitos em dois anos, com R\$ 236 bilhões

de investimentos contratados e R\$ 43 bilhões de outorgas arrecadadas. É difícil olhar para trás e ver algum programa de concessão feito em um período de transição tão bem-sucedido como esse. Conseguimos, apesar de reações adversas, privatizar cinco distribuidoras da Eletrobras. Aliás, vários dos nossos leilões obtiveram resultados recordes. Fizemos leilões de linhas de transmissão com 100% dos lotes contratados; registramos os maiores ágios da história do óleo e gás; realizaremos leilões de ferrovias depois de dez anos sem fazer absolutamente nada na área ferroviária. Teremos um leilão de rodovia com uma modelagem completamente diferente. Avançamos no modelo regulatório, que vai ser seguido daqui para frente. Fizemos um leilão de aeroportos muito bem-sucedido e – o que é mais importante – nossos leilões estão gerando contratos que não vão ser problema para o próximo governante. Contratos que são exequíveis, que vão ser executados sem sobressalto, sem susto, sem remédio. Acho que essa é a grande vantagem: é um programa que deu muito certo e que deve ser seguido.

Qual o legado do PPI para a área de infraestrutura?

A cultura de se fazer bons projetos; esta cultura vai ficar. Os projetos dos aeroportos, por exemplo, já estão rodando, estão conseguindo financiamentos, estão com obras em execução, sem sobressaltos. Ganhamos na governança e na confiança do mercado. Estamos com uma estrutura institucional, política e jurídica pronta; basta dar continuidade. A legislação está pronta, assim como as resoluções. O Conselho – que absorveu as competências do Conselho Gestor de Parceria Público-Privada – está montado, o Conselho Nacional de Desestatização também. Está tudo pronto. É só seguir adiante.

Quem o senhor destaca neste processo do PPI?

O Presidente Michel Temer teve a coragem. Ele teve a percepção de que a infraestrutura será fundamental, de que é o caminho para geração de investimentos. O presidente sempre deixou claro que o objetivo era a geração de emprego. O que destaque no Presidente Temer é a visão de Estado. Ele patrocinou essa

empreitada. Não se preocupou com a repercussão no governo dele, pois não virá. O legado do PPI ficará para o próximo presidente. Então, o que permeou a atuação do Presidente Temer nessa jornada foi a visão de Estado, que ele deixou claro durante todo o tempo. Uma obsessão enorme foi com a geração de investimento, com a redução dos gaps de infraestrutura, o aumento da produtividade. Também destaco a condução do Ministro Moreira Franco, sua inteligência, sua liderança. Ele foi um maestro e conduziu isso com muita sabedoria, inteligência e capacidade. Ele soube dar o foco para o PPI. Se eu tivesse uma palavra para traduzir a atuação do Ministro Moreira Franco seria esta: “foco”. Esse foi o grande ensinamento que ele nos deu. Ele não deixava a gente desviar. A palavra que usava o tempo todo era “foco”, o grande mantra dele, uma grande habilidade para resolver problemas. O Ministro Moreira Franco é um gestor que pensa o Brasil. Pensando na repercussão do que estávamos fazendo para o País, ele soube manter a equipe focada.

Cap.6



**O PPI RETRATADO
PELA IMPRENSA**

JANEIRO

Temer inclui Companhia Docas do Maranhão no Programa Nacional de Desestatização

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,temer-inclui-companhia-docas-do-maranhao-no-programa-nacional-de-desestatizacao,70002146277>

FEVEREIRO

Investimentos em energia quadruplicam

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/02/investimentos-em-energia-quadruplicam.shtml>

Governo anuncia selo de qualidade para projetos de infraestrutura

<https://g1.globo.com/economia/noticia/governo-criara-selo-de-qualidade-para-projetos-de-infraestrutura.ghtml>

MARÇO

Novas concessões terão investimentos de R\$ 10bi

<https://oglobo.globo.com/economia/novas-concessoes-do-governo-terao-investimentos-de-101-bi-22504250>

Governo anuncia leilão de terminais portuários e de linhas de transmissão

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-qualifica-31-empreendimentos-e-calcula-investimento-de-r-142-bi,70002234085>

Leilões de rodovias avançam nos estados e devem somar R\$ 14,5 bi

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/03/leiloes-de-rodovias-avancam-nos-estados-e-devem-somar-r-145-bi.shtml>

Parcerias privadas driblam falta de investimento público em logística no Nordeste

<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2018/03/parcerias-privadas-driblam-falta-de-investimento-publico-em-logistica-no-nordeste.shtml>

Governo anuncia concessão de 24 linhas de transmissão

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/03/governo-anuncia-concessao-de-24-linhas-de-transmissao.shtml>

Rio de Janeiro receberá mais de R\$ 800 milhões por royalties do petróleo

https://globoplay.globo.com/v/6547761/?utm_source=whatsapp&utm_medium=share-bar

Petróleo e gás vão movimentar R\$ 1,2 tri até 2030

<https://www.valor.com.br/brasil/5398535/petroleo-e-gas-vao-movimentar-r-12-tri-ate-2030>

Leilões de terminais portuários até junho vão gerar investimentos de mais de R\$ 500 milhões, diz PPI

<https://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKCN1GD6GT-OBRBS>

ABRIL

Itaqui realiza leilão de terminal de celulose visando exportações para a Europa

<https://portogente.com.br/noticias/portos-do-brasil/101186-itaqui-realiza-leilao-de-terminal-de-celulose-visando-exportacoes-para-a-europa>

MAIO

Governo vai tirar do papel Plano Nacional de Logística

<https://politica.estadao.com.br/blogs/coluna-do-estadao/governo-vai-tirar-do-papel-plano-nacional-de-logistica/>

Governo busca novo modelo para ferrovias para melhorar transporte de carga

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/05/21/internas_economia,682049/governo-busca-novo-modelo-para-ferrovias-para-melhor-transporte-de-car.shtml

Governo publica hoje decreto que amplia prazo para investimento no setor portuário

<https://oglobo.globo.com/economia/governo-publica-hoje-decreto-que-amplia-prazo-para-investimento-no-setor-portuario-21318280#ixzz5S7xtyi3z>

JUNHO

Governo prepara mais um plano para tentar reduzir os gargalos da logística

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/governo-prepara-mais-um-plano-para-tentar-reduzir-os-gargalos-da-logistica.shtml>

Com inscrição recorde, leilão da ANP pode gerar R\$ 3,2 bi

<https://www.valor.com.br/brasil/5570001/com-inscricao-recorde-leilao-da-anp-pode-gerar-r-32-bi>

Executivos de petroleiras se mostram otimistas com resultado de leilão do pré-sal

<https://oglobo.globo.com/economia/executivos-de-petroleiras-se-mostram-otimistas-com-resultado-de-leilao-do-pre-sal-22754794>

Governo dividirá risco com investidor na concessão de novos aeroportos

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/governo-dividira-risco-com-investidor-na-concessao-de-novos-aeroportos.shtml>

Moreira Franco diz que governo não teve outra opção para desenvolvimento que concessões e privatizações

<https://oglobo.globo.com/economia/moreira-franco-diz-que-governo-nao-teve-outra-opcao-para-desenvolvimento-que-concessoes-privatizacao-22694633>

JULHO

Ministro diz que plano de logística fará ferrovias substituírem rodovias em sete anos

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/07/ministro-diz-que-plano-de-logistica-fara-ferrovias-substituirem-rodovias-em-sete-anos.shtml>

Prazo para renovar concessões de rodovias será limitado a cinco anos

<https://oglobo.globo.com/economia/prazo-para-renovar-concessoes-de-rodovias-sera-limitado-cinco-anos-22842643>

Com único lance do leilão, Suzano leva terminal no Porto de Itaqui

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,com-unico-lance-do-leilao-suzano-leva-terminal-no-porto-de-itaqui,70002418113>

Novo fundo ferroviário para terminar impasse com Pará deverá ser permanente

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mercado-aberto/2018/07/novo-fundo-ferroviario-para-terminar-impasse-com-para-devera-ser-permanente.shtml>

Governo aprova inclusão de mais cinco projetos no plano de concessões

<https://g1.globo.com/economia/noticia/governo-aprova-inclusao-de-mais-cinco-projetos-no-plano-de-concessoes.ghtml>

Ministro anuncia criação de fundo para financiar construção de ferrovia entre Pará e Maranhão

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/07/18/ministro-anuncia-criacao-de-fundo-para-financiar-construcao-de-ferrovia-entre-para-e-maranhao.ghtml>

Por que a indiana Sterlite já investiu R\$ 7 bilhões em leilões de energia no Brasil

https://g1.globo.com/economia/noticia/por-que-a-indiana-sterlite-ja-investiu-r-7-bilhoes-em-leiloes-de-energia-no-brasil.ghtml?utm_source=push&utm_medium=app&utm_campaign=pushg1

Governo antecipa renovação de concessões

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-antecipa-renovacao-de-concessoes,70002382861>

PPI destrava privatização da Eletrobras

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ppi-destrava-privatizacao-da-eletobras,70002234293>

Novas oportunidades para as ferrovias

<https://oglobo.globo.com/opiniao/nova-oportunidade-para-as-ferrovias-22849347>

AGOSTO

Energisa arremata Eletroacre e Ceron; consórcio leva Boa Vista Energia

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/30/energisa-arremata-eletoacre-e-ceron-consorcio-leva-boja-vista-energia.ghtml>

Leilão de rodovias tem pelo menos 8 interessados

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,leilao-de-rodovias-tem-pelo-menos-8-interesados,70002432851>

Governo anuncia primeira Parceria Público-Privada com Aeronáutica

<https://oglobo.globo.com/economia/governo-anuncia-primeira-parceria-publico-privada-com-aeronautica-23024886>

Infraestrutura, a chave para crescer

<https://www.valor.com.br/opiniao/5705611/infraestrutura-chave-para-crescer>

SETEMBRO

Governo diz que acatará todas recomendações do TCU para o leilão da ferrovia Norte-Sul

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/09/20/governo-diz-que-acatara-todas-recomendacoes-do-tcu-para-o-leilao-da-ferrovia-norte-sul.ghtml>

